UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS
PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO AMBIENTAL

RAQUEL QUARESMA BONAVIDES

**BEM JURÍDICO AMBIENTAL, TUTELA PENAL E APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO
DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES AMBIENTAIS**

SANTOS/SP

2020

RAQUEL QUARESMA BONAVIDES

**BEM JURÍDICO AMBIENTAL, TUTELA PENAL E APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO
DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES AMBIENTAIS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Católica de Santos, como exigência final para depósito e defesa da Tese para obtenção do título de Mestre em Direito Ambiental.

Orientador: Prof. Edson Ricardo Saleme, Dr.

Professor e Orientador Edson Ricardo Saleme

Professor membro da banca examinadora

Professor membro da banca examinadora

Santos/SP, ____ de _____ de 2020.

B699b Bonavides, Raquel Quaresma
 Bem jurídico ambiental, tutela penal e aplicação do
 princípio da insignificância nos crimes ambientais
 / Raquel Quaresma Bonavides ; orientador Edson Ricardo
 Saleme. -- 2020.
 100 f. ; 30 cm

 Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de
 Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em
 Direito Ambiental, 2020
 Inclui bibliografia

 1. Responsabilidade ambiental. 2. Responsabilidade
 penal. 3. Direito ambiental. 4. Crime contra o meio
 ambiente I. Saleme, Edson Ricardo - 1964-. II. Título.

CDU: Ed. 1997 -- 34(043.3)

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo a análise da (in)aplicabilidade do princípio da insignificância aos crimes praticados contra o meio ambiente. Inicialmente, foi apresentada a introdução acerca da pesquisa desenvolvida, demonstrando-se o interesse sobre o estudo da temática, bem como a relevância de debater-se sobre o assunto, dada a importância do meio ambiente para a sociedade como um todo. Em seguida, passa-se à análise da concepção de bem jurídico em sentido amplo, adentrando-se ao tema meio ambiente e sua definição seguido da concepção de bem jurídico ambiental, demonstrando a transindividualidade do bem e o seu caráter difuso. Em seguida, fez-se uma abordagem breve sobre a conceituação de dano ambiental, passando-se à responsabilidade decorrente de danos ambientais; os tipos de responsabilidades decorrentes de danos ambientais (civil, administrativa e penal); e o porquê do bem ambiental ser tutelado na esfera do direito penal. Posteriormente, foi explicado o instituto do princípio da insignificância, sua construção doutrinária e aplicação, adentrando-se, especificamente, sobre sua aplicação, ou não, no que diz respeito aos delitos ambientais, tendo em vista a grande complexidade e magnitude do bem ambiental e a impossibilidade de ser economicamente valorado; ainda no mesmo capítulo, aborda-se a Teoria dos Delitos de Acumulação, com o intuito de trazer à pesquisa a importância de se entender as consequências dos delitos ambientais como um todo, e não isoladamente. Em prosseguimento, foi feita uma análise jurisprudencial das Cortes Brasileiras - Tribunais de Justiça, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal- acerca da possibilidade de aplicação do princípio da insignificância aos crimes ambientais, trazendo-se à baila os diversos posicionamentos, entendimentos e justificativas, tanto contrários quanto favoráveis, ao tema aqui debatido. Empregando o princípio da insignificância aos crimes ambientais é necessária, além de uma análise do caso concreto e da aferição de todas as consequências geradas no ecossistema, o mínimo de objetividade quanto aos quesitos a serem analisados, bem como no que se entende por inexpressivo dano ao bem jurídico meio ambiente, considerando a sua especial relevância. Para tal, foi utilizado o método hipotético-dedutivo com a finalidade de se observar como a tutela ambiental é estabelecida na Lei Penal e como ela poderia incrementar as penas em prol de uma maior proteção em termos ambientais.

Palavras-chave: Bem jurídico ambiental. Tutela penal. Responsabilidade ambiental penal. Princípio da insignificância.

ABSTRACT

The present dissertation aimed to analyze the (in) applicability of the principle of insignificance to crimes committed against the environment. Initially, the introduction about the developed research was presented, demonstrating the interest on the study of the theme, as well as the relevance of debating on the subject, given the importance of the environment for society as a whole. Then, we proceed to the analysis of the concept of legal good in a broad sense, going into the theme of the environment and its definition followed by the concept of environmental legal good, demonstrating the transindividuality of the good and its diffuse character. Then, a brief approach was made on the conceptualization of environmental damage, moving to liability arising from environmental damage; the types of liabilities arising from environmental damage (civil, administrative and criminal); and why the environmental good is protected under criminal law. Subsequently, the institute of the principle of insignificance was explained, its doctrinal construction and application, focusing specifically on its application, or not, with regard to environmental crimes, in view of the great complexity and magnitude of the environmental good and the impossibility of being economically valued; still in the same chapter, the Theory of Accumulation Crimes is addressed, with the aim of bringing to the research the importance of understanding the consequences of environmental crimes as a whole, and not in isolation. In continuation, a jurisprudential analysis of the Brazilian Courts - Courts of Justice, Superior Court of Justice and Supreme Federal Court - was made regarding the possibility of applying the principle of insignificance to environmental crimes, bringing up the various positions, understandings and justifications, both contrary and favorable, to the topic discussed here. Employing the principle of insignificance to environmental crimes, it is necessary, in addition to an analysis of the specific case and the assessment of all the consequences generated in the ecosystem, the minimum of objectivity regarding the questions to be analyzed, as well as in what is meant by meaningless damage to the environment. legal environment, considering its special relevance. For this, the hypothetical-deductive method was used in order to observe how environmental protection is established in the Penal Law and how it could increase penalties in order to provide greater protection in environmental terms.

Keywords: Environmental legal asset. Penal guardianship. Criminal environmental liability. Principle of insignificance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 BEM JURÍDICO, MEIO AMBIENTE E BEM JURÍDICO AMBIENTAL	8
2 TUTELA PENAL DOS DANOS AMBIENTAIS	21
2.1 Breve conceituação de dano ambiental	21
2.2 Responsabilidade Ambiental	23
2.2.1 Reponsabilidade administrativa ambiental	24
2.2.2 Reponsabilidade civil ambiental	25
2.3 Responsabilidade ambiental penal	31
3 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	54
3.1 O princípio da insignificância nos crimes ambientais	57
3.2 Teoria dos delitos de acumulação	68
4 ANÁLISE JURISPRUDENCIAL ACERCA DA INCIDÊNCIA DA INSIGNIFICÂNCIA EM DELITOS AMBIENTAIS	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

O estudo do tema em pauta não é apenas interesse pessoal, mas também é essencial para o conhecimento e aprofundamento das possibilidades de proteção jurídica ao meio ambiente, trazendo, para tanto, argumentos e debates acerca do instituto do princípio da insignificância e sua aplicação, ou não, no cenário ambiental.

O tema desperta inúmeros debates capitaneados tanto por ambientalistas quanto penalistas, chegando-se, inclusive aos tribunais, que ora decidem pela aplicabilidade, ora pela inaplicabilidade do princípio da insignificância na seara ambiental, sob os mais variados argumentos.

O presente estudo teve por escopo a compreensão do bem jurídico ambiental, para que, a partir daí discuta-se a necessidade de sua tutela penal, analisando-se a possibilidade de incidência do Princípio da Insignificância nos crimes ambientais. Isto porque a inobservância das medidas condicionantes relativas à preservação ambiental enseja danos irreparáveis à sociedade.

A problemática em delimitar o estudo refletiu-se em considerações por meio de consulta bibliográfica e documental, bem jurisprudência do tema em testilha com o intuito de avaliar a eficiência e incidência destas no contexto nacional. Neste sentido, questionou-se: é possível afirmar que a criminalização de condutas ambientais enfrenta o princípio da intervenção mínima? É viável afirmar que a Lei nº 6905, de 1998, é uma norma atual ou poderia ter normas mais severas em prol da repressão de crimes e medidas contrárias ao ambiente?

A técnica de pesquisa será transdisciplinar entre o direito ambiental penal, constitucional e administrativo. A abordagem objetivou apresentar os pontos cruciais da controvérsia e analisar os seus principais argumentos, propugnando, ao final, uma das possíveis posturas para solucionar a problemática.

A partir dos anos 70, o tema meio ambiente e desenvolvimento sustentável assumiram um papel muito importante pois dele depende a vida e todas as espécies que aqui evoluem. Isto porque, necessário se faz o equilíbrio entre estes dois gêneros para que se possa falar em preservação ambiental.

Para isso, existe legislação concernente à matéria ambiental que obedece aos princípios científicos e físicos no sentido de proporcionar segurança nos diversos empreendimentos. O direito ambiental passou a ser tutelado como direito essencial na Constituição de 1988, e posteriormente recebeu uma proteção mais específica com o advento da Lei 9605/1998, que prevê sanções civis, penais e administrativas a atos lesivos contra o bem ambiental. Antes dele, a Lei nº 6.938 de 1981, já proporcionava tutela ao meio ambiente sancionando algumas condutas.

A problemática que se quer enfrentar refere-se à controvérsia acerca do caráter do bem jurídico diante do princípio da insignificância nos casos de crimes ambientais. Nessa análise, o objetivo deste trabalho era verificar se o direito penal seria efetivamente a última *ratio*, excluindo fatos irrelevantes, tutelando apenas os materialmente típicos. Destarte, é possível afirmar que o bem ambiental é direito estabelecido positivamente em nossa Constituição Federal no art. 225 e, portanto, foi assimilado pelas normas infraconstitucionais.

Sendo assim, por primeiro faz-se necessário entender o conceito de bem jurídico no sentido amplo para que assim possa adentrar-se ao conceito específico do instituto na seara ambiental, explicitando origem, fundamentação e natureza jurídica.

Em seguida, passa-se a análise da tutela penal exercida no meio ambiente, trazendo à baila um breve conceito sobre danos ambientais para poder adentrar na esfera da reponsabilidade ambiental (administrativa, civil e penal) e, assim, focar exclusivamente na responsabilidade penal ambiental através da lei 9.605/1998.

Passado este ponto, será analisada a chamada Teoria do Delitos de Acumulação, a qual é de extrema importância no que tange aos delitos ambientais, haja vista que estes devem ser analisados e entendidos como um todo que prejudica e fere o ecossistema.

Em continuação, realizou-se uma análise jurisprudencial com relevantes julgados pátrios arregimentados para este fim, mostrando-se os diversos entendimentos tanto desfavoráveis.

Dessa forma, se pretende discutir amplamente o assunto em questão, abordando-se diversas correntes, bem como a opinião própria, dada a importância do meio ambiente para todas as gerações. Evidente, portanto, que é sempre necessário colocar em pauta temas que possam agregar e gerar reflexão na sociedade como um todo, pois somente assim poder-se-á construir um futuro melhor.

1 BEM JURÍDICO, MEIO AMBIENTE E BEM JURÍDICO AMBIENTAL

Inicialmente, cumpre esclarecer que a concepção de bem jurídico remonta, primeiramente, à ideia de bem existencial, indispensável ao desenvolvimento social, o qual, consoante lição de Bianchini, Molina e Gomes:

É o bem relevante para o indivíduo ou para a comunidade (quando comunitário não se pode perder de vista, mesmo assim, sua individualidade, ou seja, o bem comunitário deve ser também importante para o desenvolvimento da individualidade da pessoa) que, quando apresenta grande significação social, pode e deve ser protegido juridicamente. A vida, a honra, o patrimônio, a liberdade sexual, o meio ambiente, etc. são bens existenciais de grande relevância para o indivíduo¹.

Sendo assim, bem jurídico é todo aquele que possui utilidade ou valoração econômica ou não, mas que tem uma finalidade jurídica associada a um direito subjetivo.

Lopes afirma que “a Constituição Federal é o instrumento legitimado para ajudar a concretizar o conceito de bem jurídico, não apenas orientando o legislador, mas com força vinculante limitativa do poder punitivo do Estado”.²

É importante que se entenda a concepção de bem jurídico no sentido amplo, para que, assim, se possa adentrar à matéria de direito ambiental, entendendo o conceito de bem jurídico ambiental.

Os bens jurídicos, em uma visão dicotômica, estão classificados como públicos ou privados, todavia, o bem ambiental, rompe essa estrutura e traz uma nova conotação ao contexto hermenêutico ante a sua característica híbrida de tutela aos interesses difusos/ coletivos, uma vez que os recursos naturais se constituem tanto de interesse individual como público.

Dias entende “serem capazes de proteção penal os bens relacionados a um aspecto geral, isto é, supraindividuais, coletivos ou difusos”³.

¹BIANCHINI, A.; MOLINA, A. G. P.; GOMES, L. F. **Direito penal**: Introdução e princípios fundamentais. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 232.

²LOPES, M. R. **Teoria constitucional do direito penal**. São Paulo: RT, 2000. p. 351-352.

O meio ambiente é bem de uso comum do povo, o que lhe dá natureza jurídica de bem transindividual, na medida em que é extremamente importante para toda a coletividade. O valor atribuído ao meio ambiente, como bem jurídico ambiental, deriva do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

O meio ambiente ecologicamente equilibrado tem conceito legal fixado na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, chamada de Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, em seu art. 3º, inciso I, prescrevendo-o como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Desta feita, infere-se que o meio ambiente é bem comum de uso de todos, devendo, portanto, ser preservado. Ou seja, um meio ambiente sadio e equilibrado é direito constitucional indisponível.

José Afonso da Silva conceitua meio ambiente como sendo “a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas”⁴.

O meio ambiente para Celso Fiorillo pode ser concebido em quatro espécies, sendo elas: meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho.⁵ O Supremo Tribunal Federal reconhece essa classificação, como se pode ver através do texto da ADI 3540/MC, de 1º de setembro de 2005:

A incolumidade do meio ambiente não pode ser comprometida por interesses empresariais nem ficar dependente de motivações de índole meramente econômica, considerada a disciplina constitucional que a rege, está subordinada, dentre outros princípios gerais, àquele que privilegia a “defesa do meio ambiente” (CF, art. 170, VI), que traduz conceito amplo e abrangente das noções de meio ambiente natural, de meio

³ DIAS, J. F. **Direito penal**: Parte geral. Questões fundamentais. A doutrina geral do crime. São Paulo: RT, 2007. p. 43.

⁴SILVA, J. A. **Direito ambiental constitucional**. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 1998. p. 2.

⁵ FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 20.

ambiente cultural, de meio ambiente artificial (espaço urbano) e de meio ambiente laboral⁶.

É importante elencar que o meio ambiente, como dito anteriormente, não envolve apenas o meio natural, isto importa dizer que o meio ambiente é também o artificial, cultural, laboral etc. Trata-se de um avanço no reconhecimento quanto à denominação meio ambiente, o que, por si só, gera maior cuidado e proteção para todos os tipos de ambiente. Isto porque, o ser humano precisa ter qualidade ambiental de todas as formas possíveis, ou seja, quando estiver à céu aberto, quando estiver trabalhando, quando estiver usufruindo um espaço urbano etc. É necessária a preservação e o cuidado do meio ambiente em todas as suas modalidades.

Ainda neste passo, o meio ambiente sadio e equilibrado se encontra inserido em nossa Carta Magna, artigo 225, o qual dispõe que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos, e deve ser preservado para as presentes e futuras gerações, incumbindo ao poder público e a coletividade preservá-los. Assim, é possível dizer que, ao mesmo tempo, se trata de direito e garantia constitucional, inserido nos direitos de terceira geração e, portanto, imprescindível se faz a necessidade de preservar o instituto em questão, haja vista tratar-se de bem comum de uso de todos.

Ademais, a indisponibilidade está ressaltada no *caput* do artigo 225. Está determinada a preservação do meio ambiente para o interesse, não só das presentes, mas também das futuras gerações⁷. Pode-se dizer que o artigo 225 introduziu a ética da solidariedade entre as gerações. As gerações presentes não podem dispor do meio ambiente de modo a gerar escassez e debilidade no futuro.⁸

⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.540-1-Distrito Federal**. RI. Min. Celso de Melo. Disponível em: <http://residir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp%3FdocTP%3DAC%26docID%3D87260>. Acesso em: 02 fev. 2020.

⁷MILARÉ, E. **Direito do Ambiente**: doutrina, jurisprudência e glossário. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 150.

⁸MACHADO, P. A. L. M. **Direito Ambiental Brasileiro**. 17 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009. p. 115.

Segundo Sarlet e Fensterseifer:

Assim, como outrora a Teoria da Constituição e o Direito Constitucional estiveram comprometidos com a afirmação, na ordem da evolução, dos valores liberais e sociais, hoje a proteção e a promoção do meio ambiente desponta como novo valor constitucional. Nesse diapasão, de acordo com a expressão adotada por Pereira da Silva, é possível falar em “esverdear” da ordem jurídica como um todo, em especial no tocante ao Direito Constitucional⁹.

Por analogia, também pode-se dizer que a preservação do meio ambiente está implícita na nossa Constituição, em seu artigo 1º, inciso III, quando trata da dignidade da pessoa humana. Não há dúvidas que é essencial que o indivíduo viva em um meio ambiente equilibrado, para a satisfação do princípio da constitucional da dignidade da pessoa humana.

José Afonso da Silva sustenta que o “bem ambiental” é um bem de interesse público, conforme se pode depreender da seguinte citação:

O direito que todos temos é à qualidade satisfatória, ao equilíbrio ecológico do meio ambiente. Essa qualidade é que se converteu em um bem jurídico. A isso é que a Constituição define como *bem de uso comum do povo*, e essencial à sadia qualidade de vida. [...]. Por isso, como a qualidade ambiental, não são bens públicos nem particulares. São *bens de interesse público*, dotados de um regime jurídico especial, enquanto essenciais à sadia qualidade de vida e vinculados, assim, a um fim de interesse coletivo¹⁰.

Para o autor supracitado, portanto, o “bem ambiental” deve ser considerado bem de uso comum do povo, ou seja, bem de interesse público dotado de regime jurídico especial, não sendo, portanto, nem público e nem particular, tendo como fim o interesse coletivo.

José Afonso da Silva, ainda, assenta o que vem a ser o bem jurídico meio ambiente:

⁹SARLET, I.; FENSTERSEIFER, T. **Direito Constitucional Ambiental**: Estudos sobre a Constituição, os Direitos Fundamentais e a Proteção do Ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 24.

¹⁰SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. 7 ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 86.

O conceito de meio ambiente há de ser, pois, globalizante, abrangente de toda a natureza original e artificial, bem como os bens culturais correlatos, compreendendo, portanto, o solo, a água, o ar, a flora, as belezas naturais, o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico e arqueológico. O meio ambiente é, assim, a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas. A integração busca assumir uma concepção unitária do ambiente, compreensiva dos recursos naturais e culturais¹¹.

A utilização da expressão “bem de uso comum do povo” tem um significado muito mais abrangente do que aquele utilizado no Direito Privado, “pois engloba além dos aspectos relativos à legislação civil, o caráter humano, visto tratar-se de um bem indispensável à manutenção da sadia qualidade de vida”¹².

Segue o mesmo pensamento de José Rubens Morato Leite, acreditando que o meio ambiente é considerado um macrobem, desde que sendo o meio ambiente um “conjunto de relações e interações que condicionam a vida em todas suas formas”¹³.

Fiorillo , por sua vez, expressa seu entendimento no sentido de que o bem jurídico relacionado à própria natureza, de titularidade do ramo do Direito conhecido como “Direito Ambiental”, trata-se de um objeto que, ao mesmo tempo, a todos pertence, mas ninguém em específico o possui, onde, por configurar-se como um *direito difuso*, tem sua titularidade indeterminada, sendo um bem de natureza transindividual e indivisível, que ultrapassa o limite da esfera de direitos e obrigações de cunho individual/privativo e torna-o difundido pela coletividade¹⁴.

¹¹SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. 7 ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 834.

¹²MASCARENHAS, L. M. A. **Desenvolvimento Sustentável: Estudo de Impacto Ambiental e Estudo de Impacto de Vizinhança**. Curitiba: Letra da Lei & IBAP, 2008. p. 58.

¹³ LEITE, J. R. M.; AYALA, P. A. **Direito ambiental na sociedade de risco**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 50.

¹⁴FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 10 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010. p. 128.

Lecey define o bem jurídico meio ambiente como um bem autônomo, supraindividual e com âmbito macrossocial¹⁵. A autonomia diz respeito à proteção do bem jurídico em si mesmo, como um valor e interesse difuso. A supraindividualidade do bem é relacionada à indeterminação dos sujeitos, o que importa dizer que a proteção do bem jurídico não se relaciona com apenas uma pessoa, mas sim com a sociedade coletivamente considerada. Por fim, o âmbito macrossocial diz respeito à uma característica ligada à vida pós-moderna, a qual ensejou a configuração de novos bens jurídicos que não estão mais ligados diretamente à pessoa individual (vida, patrimônio, etc.), mas estão relacionados com o funcionamento do sistema, isto é, “ditos bens têm relação com todas e cada uma das pessoas do sistema social¹⁶”, atuando no âmbito macrossocial.

Nesse sentido, a concepção de meio ambiente requer a transcrição completa, ainda, do pensamento de Celso Antônio:

A particularidade da construção dogmática do bem ambiental em sentido próprio está nisto: o bem não apenas pode ser objeto de direitos (propriedade) – referentes, segundo o caso, a um ente público ou privado – mas, nesta segunda hipótese, tem como escopo a fruição pública, atribuindo direitos que são relativos a um ente público. Além disso, a subsistência desse necessário e específico interesse público não é reconhecível empiricamente, mas sim através de um provimento da Administração, que o especifica sobre a base de uma previsão legal de utilidade igualmente coletiva do bem. Tal construção não parece adaptar-se à noção de ambiente, do qual se pode dizer apenas que o ordenamento tende a configurá-lo pelas diversas interações que se estabelecem entre seus componentes¹⁷.

Nas palavras de Romeu Thomé:

¹⁵ LECEY, E. A atividade empresarial e a co-responsabilidade penal da pessoa jurídica e do dirigente na lei dos crimes contra o ambiente. *In*: 6º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL. **Anais [...]**. São Paulo: Instituto “O Direito por um Planeta Verde”, 2002. p. 04.

¹⁶ *Idem*, p. 07.

¹⁷ FIORILLO, C. A. P. **O direito de antena em face do direito ambiental no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 112.

O legislador constituinte originário optou por evidenciar, já no início do capítulo dedicado ao meio ambiente, o caráter transindividual desse direito fundamental. Todos nós, de forma indistinta, somos interessados na preservação do meio ambiente saudável, direito fundamental intrinsecamente vinculado ao direito à vida¹⁸.

A necessidade de proteção ao meio ambiente advém da necessidade da existência das espécies e da sobrevivência dos ecossistemas. Não devido ao meio ambiente em si, mas em decorrência da vida que sustém.

A Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a conferência de Estocolmo, em 1972. Posteriormente, no Rio de Janeiro, no ano de 1992, houve a ECO-92, trabalho com a ideia de desenvolvimento sustentável delimitada no Relatório Brundtland, o qual permeia a ideia de preservação do meio ambiente juntamente com o crescimento da economia.

Surge, assim, a necessidade de aliar o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, o que traz o conceito de sustentabilidade.

Segundo SpareMBERGER:

O meio ambiente é essencial para a sobrevivência do homem, razão pela qual a sua proteção é fundamental, sendo necessário que cidadãos, empresas, instituições e governos passem a assumir seu quinhão de responsabilidade em prol de uma melhoria das condições ambientais. Desenvolvimento sustentável expressa a correlação entre crescimento econômico, melhoria da qualidade de vida e utilização racional dos recursos ambientais, sempre com a perspectiva de garantir a biodiversidade e a dignidade da pessoa humana¹⁹.

Tayra considera que:

O desenvolvimento sustentável significa compatibilidade do crescimento econômico, com desenvolvimento humano e qualidade ambiental. Portanto, o desenvolvimento sustentável preconiza que as sociedades atendam às necessidades humanas em dois sentidos: aumentando o potencial de

¹⁸THOMÉ, Romeu. **Manual de Direito Ambiental**. Bahia: Editora JusPODIVM, 2011. p. 543.

¹⁹ SPAREMBERGER, R. F. L.; ROLIM, R. Educação ambiental: a educação formal e a não-formal para a cidadania com sustentabilidade. **Revista Trabalho e Ambiente**, v.3, n. 5. Caxias do Sul: Educs, 2005. p. 60.

produção e assegurando a todos as mesmas oportunidades (gerações presentes e futuras)²⁰.

Portanto, a ideia de desenvolvimento econômico sustentável é aquela em que determinada atividade, exercida de modo socio ambientalmente adequado, garante a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento social para a presente e futuras gerações, na medida em que há conciliação do trinômio economia – ambiente – sociedade, garantindo o uso adequado dos recursos naturais de modo a assegurar a sustentabilidade do meio ambiente nos seus aspectos físicos, socioculturais e econômicos.

Pode-se dizer que, o Direito Ambiental se relaciona com as normas jurídicas dos vários ramos do direito, bem como outras áreas do saber humano como a biologia, a física, a engenharia, o urbanismo, o serviço social, etc. Este ramo jurídico é multidisciplinar e considera a relação humana com o meio ambiente que o cerca em busca do equilíbrio entre ambos.

No que concerne à conceituação de Direito Ambiental, Sampaio destaca o seguinte:

Ao delimitar a tutela, o conceito de Direito Ambiental pode ser dividido em duas categorias distintas de nomenclatura: uma que associa o ramo do Direito à natureza, à preservação dos ecossistemas, à ecologia etc.; e outra que tem o condão de englobar o meio como um todo. A diferença entre nomes somente terá algum efeito prático se a distinção for entre uma ou outra categoria. Assim, dependendo da categoria utilizada, a nomenclatura mais usual para definição deste direito, ou seja, Direito Ambiental ou do Ambiente, por exemplo, pode-se pensar numa distinção ao objeto da tutela a partir de uma noção estrita ou de uma noção ampla de meio ambiente. Ou seja, focando apenas os elementos naturais, no primeiro caso, e englobando também os elementos artificiais, no segundo caso²¹.

²⁰TAYRA, F. **A Relação entre o mundo do trabalho e o meio ambiente**: limites para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-72.htm>. Acesso em: 19 dez. 2019. p. 6.

²¹ SAMPAIO, R. S. R. **Direito Ambiental Doutrina e Casos Práticos**. Rio de Janeiro: Campus Jurídico, 2011. p. 35.

Um fator preponderante para a busca do equilíbrio entre comportamento humano e meio ambiente é a educação ambiental. Por meio do processo educativo, é possível exercer influência na formação do indivíduo e na forma deste se relacionar com o mundo exterior, desenvolvendo assim a conscientização ambiental.

É preciso que haja a implementação de uma cultura ecológica que prime pela conservação dos recursos naturais, adotando-se uma política educacional voltada ao meio ambiente, pois somente assim se estaria modelando novos cidadãos, mais conscientes e engajados com a natureza. É necessário que se discutam alternativas que conciliem desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade ambiental, aliando-os de forma a garantir progresso e qualidade de vida à coletividade.

Deluiz e Novicki afirmam que:

Na perspectiva de uma educação crítica, torna-se fundamental discutir as várias concepções de desenvolvimento econômico em disputa e as matrizes discursivas que as fundamentam (ideologias, valores, comportamentos), tendo em vista a superação da alienação homem-natureza e a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento contra hegemônico, apoiado na sustentabilidade democrática e na superação da desigualdade e da exclusão social, que se reflita nas concepções e práticas educacionais²².

A educação é, e sempre será, um importante aliado para a mudança cultural quanto à importância do meio ambiente para a sociedade, a qual sempre esteve despreocupada com as alterações ambientais e degradações causadas pelo homem.

Dispende tempo e refletir sobre a educação ambiental é de extrema importância, haja vista que é a forma mais eficiente de combate à degradação ambiental desenfreada. Isto porque não estar-se-ia tratando ou mitigando os danos ambientais decorrentes de ações desmedidas, mas sim evitando-os ou

²² DELUIZ, N.; NOVICKI, V. **Trabalho, meio ambiente e desenvolvimento sustentável: implicações para uma proposta de formação crítica.** Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/516/439>. Acesso em: 02 fev. 2020.

minimizando-os. Trata-se de agir na causa e não apenas no resultado, ou seja, não é necessário remediar a “doença” se é possível evitá-la.

Vê-se que as alterações ambientais provocam e já provocaram grandes desastres no cenário nacional, verificando-se com frequência a ocorrência de catástrofes “naturais” – que de naturais só possuem o nome: furacões, chuva ácida, estiagem, inundações, rompimento de barragens, etc.

Um grande avanço rumo à educação ambiental foi a ‘Agenda 21’²³, a qual trouxe maior responsabilidade quanto à conscientização dos indivíduos, de forma a que se envolvam na preservação do meio ambiente. Portanto, tornou-se grande instrumento no processo educativo ambiental, promovendo ações dispostas a criar e valorizar políticas educacionais públicas voltadas a temática do meio ambiente. Buscou-se a cooperação e união de esforços entre entes políticos e provados com o fito de valorizar a cultura do desenvolvimento sustentável.

Para Sparemberger²⁴ existem dois tipos de educação ambiental:

Um que segue regras formais, já definidas pelo legislador e normalizadas no ordenamento jurídico e outra, ainda não formal, reflexo dos anseios da sociedade, contudo, alheia à regulamentação estatal, mas também voltada à realização de uma integração entre os diversos setores da sociedade na tentativa de conseguir somar esforços no intuito de ‘sanar ou amenizar os problemas ambientais da comunidade.

A Lei 9.795/99, Lei da Educação Ambiental, como ficou conhecida, impõe a obrigatoriedade da educação ambiental no ensino formal. Em seu artigo 1º²⁵, estabeleceu-se o seguinte: “Entendem-se por educação ambiental

²³ Trata-se de um programa de ação, apoiado por governos e instituições privadas, que serviu de base para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrido em 1992, no Rio de Janeiro, conhecida como ECO-92.

²⁴ SPAREMBERGER, R. F. L.; ROLIM, R. Educação ambiental: a educação formal e a não-formal para a cidadania com sustentabilidade. **Revista Trabalho e Ambiente**, v.3, n. 5. Caxias do Sul: Educs, 2005. p. 42.

²⁵ BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 24 fev. 2020.

os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Nas palavras de Pereira e Terzi:

Pelo que se depreende do art.1º, a Educação Ambiental pode ser compreendida em qualquer modalidade educacional que busque ensinar o respeito, conservação e preservação do meio, não se restringindo apenas ao ensino formal. Porém, a sociedade carrega uma percepção equivocada da instrução sobre o meio ambiente, transferindo não raras vezes tal “múnus” apenas aos pais e professores²⁶.

O que se vê, portanto, é o desejo de reforçar a harmonia da questão ambiental com as práticas sociais de uma forma integrada. As atividades de educação ambiental distribuem-se em inúmeras dimensões, desde ações escolares, nas faculdades e universidades, centros de pesquisa, comunidades, organizações sociais, etc.

Os artigos 9 e 10 da mencionada lei exemplificam que a educação ambiental será desenvolvida no âmbito dos currículos escolares nas instituições públicas e privadas e nas séries que são pertinentes à educação básica, educação superior, educação especial, educação profissional, e educação de jovens e adultos, proibindo-se a sua implementação como disciplina específica, mas sim como disciplina direcionada para uma prática contínua e permanente entre todos os níveis de educação formal.

Em que pese a educação ambiental formal, também é de extrema importância a educação ambiental informal, a qual encontra-se regulada na mesma legislação, através do artigo 13²⁷: "Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização

²⁶ PEREIRA, P. H. S.; TERZI, A. M. Filosofia e Educação Ambiental: o desafio da contextualização do paradigma biocêntrico nas salas de aula. *In*: PEREIRA, Pedro H. S.; OLIVEIRA, P. C. (org.). **Atas da XI Semana de Filosofia da UFSJ**. 11 ed. São João del-Rei: SEGRA, 2009. p. 176.

²⁷ BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 24 fev. 2020.

da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”.

“A tarefa de educar não compete somente à família e à escola: cabe a toda sociedade, representada por seus diversos seguimentos²⁸”. Nada mais é que o dever cogente que não mais pode continuar ao esmero de uns poucos.

De acordo com Medina:

As propostas de Educação Ambiental pretendem aproximar a realidade ambiental das pessoas, conseguir que elas passem a perceber o ambiente como algo próximo e importante nas suas vidas; é verificar ainda, que cada uma tem um importante papel a cumprir na preservação e transformação do ambiente em que vivem. Levá-las a compreender que o futuro, como construção coletiva, depende das decisões políticas e econômicas que sejam definidas hoje, e que irão interferir nas possibilidades de definição de novos modelos de desenvolvimento, capazes de conciliar justiça social e o equilíbrio ecológico, que permitam manter a base do rico substrato natural e cultural dos países, melhorando efetivamente a qualidade de vida da população²⁹.

Destarte, o processo educativo deve universalizar-se, dele participando o Estado, através do ensino público, de campanhas, de ações sociais; e as corporações privadas, envolvendo seus colaboradores no desenvolvimento de novas técnicas e habilidades menos agressivas ao meio ambiente, ensinando-os o conceito de sustentabilidade com foco na economia de recursos e na reciclagem de resíduos que possam ser reutilizados.

Por fim, não se pode olvidar que, embora a educação ambiental seja a forma mais eficaz de preservação, ainda há um grande caminho a percorrer para que se possa falar em cultura socioambiental em nível nacional.

Assim, ainda é imprescindível que o poder público fique em constante vigilância quanto à preservação ambiental, assumindo, além da

²⁸ MILARÉ, E, **Direito do ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais. doutrina e jurisprudência, 2004. p. 612.

²⁹MEDINA, N. M. Os desafios da formação de formadores para a Educação Ambiental. *In*: PHILIPPI JÚNIOR, A.; PELICIONI, M. C. F. (ed.). **Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. São Paulo: Signus; 2000. p. 10.

responsabilidade pela conscientização da população, a responsabilidade pela fiscalização das indústrias, cobrando-lhes medidas coerentes à preservação ambiental e punindo-as quando necessário.

2 TUTELA PENAL DOS DANOS AMBIENTAIS

Previamente à abordagem do tema principal do presente capítulo, qual seja a tutela penal dos danos ambientais, cabe, brevemente, relatar outros conceitos e institutos para que se possa compreender, de maneira clara e completa, a importância de aliar formas de coibição a qualquer tipo de transgressão ambiental, através da seara cível, administrativa e, também, penal.

2.1 Breve conceituação de dano ambiental

Segundo Édis Milaré, “vida é dano ambiental toda interferência antrópica infligida ao patrimônio ambiental (natural, cultural, artificial), capaz de desencadear, imediata ou potencialmente, perturbações desfavoráveis (*in pejus*) ao equilíbrio ecológico, à sadia qualidade de vida, ou a quaisquer outros valores coletivos ou de pessoas”³⁰.

O professor José Afonso da Silva ensina que o “dano ecológico é qualquer lesão ao meio ambiente causada por condutas ou atividades de pessoas físicas ou jurídicas de Direito Público ou de Direito Privado”³¹.

Nesse mesmo sentido, muito esclarecedores são os ensinamentos de José Rubens Morato Leite, Cristiane Camilo Dagostin e Luciano Giordani Schimidtz:

Toda lesão a algum bem que seja juridicamente protegido configura-se um dano. Qualquer diminuição ou alteração de um bem destinado à satisfação de um interesse, deve ser evitada tanto em seu aspecto patrimonial quanto no extrapatrimonial, devendo haver reparação integral. Ora, se o meio ambiente é um bem protegido juridicamente, e sua definição legal é amplíssima, pode-se dizer que toda alteração nociva a

³⁰MILARÉ, E. **Reação jurídica à danosidade ambiental**: contribuição para o delineamento de um microssistema de responsabilidade. 2016. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/18874/2/%C3%89dis%20Milar%C3%A9.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2020.

³¹SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. 6 ed. São Paulo: Malheiros, 2007. p. 301.

qualquer dos muitos elementos que o compõem, constitui-se em dano ambiental³².

Maria Isabel de Matos Rocha, aventura-se a dizer que dano ambiental é “a lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio ambiental, levada a cabo por atividades, condutas ou até uso nocivo da propriedade”³³.

Na questão ambiental, Saleme e Bonavides entendem que “a responsabilização da pessoa jurídica pela Lei de Crimes Ambientais trouxe nova percepção da impunidade quando ocorre crime ambiental.” Isto pelo fato de a lei ter se transformado em um instrumento em face daquele que degrada a natureza. Neste sentido, o ambiente está subjugado ao homem. “Isso tem produzido considerável modificação geoclimática. Esse é o principal motivo de existirem informações múltiplas sobre o que gera a degradação e acerca da necessidade da conservação do meio ambiente”³⁴.

Neste sentido, os autores supracitados seguem afirmando que a decisão em agredir ou não o ambiente pode ser considerado crime em circunstâncias determinadas. Isto se deve punida com rigor. Quem atua em interesse próprio, contra a natureza deve responder por seus atos.

Portanto, havendo lesão a um bem ambiental, resultante de atividade praticada por qualquer pessoa, seja esta física ou jurídica, pública ou privada, que seja responsável por este dano, em caráter direto ou indireto, não somente há caracterização deste, como ainda há a identificação daquele que deve ser responsabilizado.

³² MORATO LEITE, J. R.; DAGOSTIN, C. C.; SCHIMIDTZ, L. G. Dano Ambiental e Compensação Ecológica. *In*: BENJAMIN, A. H. (org.) **10 Anos da ECO – 92**: O Direito e o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: IMESP, 2002. p. 467.

³³ROCHA, M. I. M. Reparação de Danos Ambientais. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 19, jul./set. 2000.

³⁴SALEME, E. R.; BONAVIDES, R. S. Comentários acerca da aplicação da lei de crimes ambientais. *In*: **XXVII Encontro Nacional do Conpedi**: Direito Ambiental e Socioambientalismo. Disponível em: <http://conpedi.daniolr.info/publicacoes/0ds65m46/9llysabfk/4AgvMG9o3Y18LCRj.pdf>. Acesso em 22 fev. 2020.

Tal conceito mencionado, em muito parece coadunar com o que o Legislador Constituinte procurou estabelecer quando disse, no artigo 225, § 3º, da Carta Magna, que “as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”.

O grande problema relativo ao dano ambiental é que este é de difícil valoração. Como bem essencialmente difuso, “possui em si valores intangíveis e imponderáveis que escapam às valorações correntes (principalmente econômicas e financeiras), revestindo-se de uma dimensão simbólica e quase sacral, visto que obedece às leis naturais anteriores e superiores à lei dos homens³⁵”.

Por analogia aos princípios constitucionais e a legislação ambiental vigente qualquer intervenção no meio ambiente precisa atender-se para os possíveis danos ambientais dela derivados, sobretudo quando a atividade está incluída na Resolução 237 do CONAMA.

Evidente é que haja seriedade ao lidar com o meio ambiente. Afinal, o meio ambiente saudável e equilibrado para as presentes e futuras gerações; é direito constitucional e, portanto, inviolável.

2.2 Responsabilidade Ambiental

A Constituição Federal, no capítulo dedicado ao Meio Ambiente, estabelece como forma de reparação do dano ambiental três tipos de responsabilidade, a saber: civil, penal e administrativa, todas independentes e autônomas entre si, ou seja, com uma única ação ou omissão pode-se cometer os três tipos de ilícitos autônomos e, também, receber as sanções cominadas.

Cuida-se, assim, de um regime de tríplice responsabilidade.

³⁵MILARÉ, E. **Reação jurídica à danosidade ambiental**: contribuição para o delineamento de um microssistema de responsabilidade. 2016. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/18874/2/%C3%89dis%20Milar%C3%A9.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2020.

2.2.1 Reponsabilidade administrativa ambiental

Modalidade que resulta da infração de normas administrativas, impondo ao infrator determinada sanção de natureza administrativa. Tal responsabilização decorre do exercício do poder de polícia, executado pelos órgãos ambientais de fiscalização.

Cabe ao Poder Público, por meio dos órgãos ambientais competentes, investigar as infrações ambientais administrativas e, em decorrência destas, aplicar as sanções devidas, independentemente de manifestação judicial – ao contrário do que ocorre com as sanções civis e penais.

A Lei 9.605/1998, em seu artigo 70, dispõe sobre infração administrativa. Nesse sentido, Romeu Thomé conceitua infração administrativa ambiental como “toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente”. E, ainda destaca que “a tutela administrativa ambiental não visa somente à repressão dos efetivos prejuízos ao meio ambiente, mas também tem o objetivo de coibir as condutas potencialmente danosas ao bem ambiental”³⁶.

Para José Afonso da Silva:

A responsabilidade administrativa fundamenta-se na capacidade que têm as pessoas jurídicas de direito público de impor condutas aos administrados. Esse poder administrativo é inerente à Administração de todas as entidades estatais – União, Estados, Distrito Federal e Municípios - nos limites das respectivas competências institucionais. Dentre os poderes administrativos, interessa ao nosso assunto de modo especial, o *poder de polícia administrativa*, “que a Administração Pública exerce sobre todas as atividades e bens que afetam ou possam afetar a coletividade”. Todas as entidades estatais dispõem de poder de polícia referentemente à matéria que lhes cabe regular. Como cabe às três unidades proteger o meio ambiente, também lhes incumbe fazer valer as providências de sua alçada, condicionando e restringindo o uso e gozo de bens, atividades e direitos em benefício da qualidade de vida da

³⁶THOMÉ, Romeu. **Manual de Direito Ambiental**. Bahia: Editora JusPODIVM, 2011. p. 502.

coletividade, aplicando as sanções pertinentes nos casos de infringência às ordens legais da autoridade competente³⁷.

Para a configuração da infração administrativa ambiental é necessário que a conduta do agente contrarie as normas de proteção ao meio ambiente. Sendo assim, apenas ocorrerá quando a conduta do agente for tipificada nas normas de proteção ambiental, em razão do princípio administrativo da legalidade estrita. Além de infração administrativa, como há a independência entre as esferas de responsabilização, determinado comportamento poderá ser considerado crime, desde que tipificado em lei penal (princípio da legalidade).

Porém, se determinada conduta for enquadrada somente como crime, sem previsão de infração administrativa, poderá ser sancionada na esfera administrativa, haja vista que a infração penal caracteriza violação de uma regra de uso, gozo, promoção, proteção ou recuperação do meio ambiente.

A Lei 9.605/98, no artigo 72, elenca as espécies de sanções administrativas ambientais, aplicadas pelo Poder Público, fazendo valer o Poder de Polícia Administrativa, sendo elas: advertência, multa simples, multa diária, suspensão parcial ou total da obra, etc.

Destaca-se, portanto, que se o infrator cometer duas ou mais infrações, não haverá prejuízo na cumulação das sanções administrativas.

2.2.2 Responsabilidade civil ambiental

A responsabilidade civil, em sentido amplo, nada mais é do que a obrigação de reparar danos causados à pessoa, ao patrimônio, ou a interesses coletivos ou transindividuais. “A responsabilidade ampla decorre da obrigação geral de não causar danos a outrem (*neminem laedere*) ou de não lesar outrem (*alterum non laedere*)³⁸”. É o resultado de uma conduta antijurídica, seja de uma ação, seja de uma omissão, que se origina um prejuízo a ser ressarcido.

³⁷ SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 301.

³⁸ LEITE, J. R. M. **Manual de direito ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2015.

A responsabilidade civil, de modo geral, tem como fundamento a culpa (responsabilidade subjetiva). O que importa dizer que para a sua configuração, deverá ficar provado, além da conduta, do dano, do nexo de causalidade entre a atividade e o dano – a prova da culpa em sentido amplo (culpa ou dolo).

O ordenamento jurídico pátrio, em matéria ambiental, no artigo 225, §3º, da Constituição Federal, bem como pela Lei 6.938/81, a Política Nacional do Meio Ambiente, em seu art. 14, §1º, adota a teoria da responsabilidade civil objetiva, na medida em que dispõe que o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. Dessa forma, é suficiente a existência da ação lesiva, do dano e do nexo com a fonte poluidora ou degradadora para atribuição do dever de reparação.

A opção do legislador brasileiro pela teoria objetiva é um importante passo para o sistema de prevenção e repressão aos danos ambientais, pois essa tende a suprir a necessidade de certos tramites para a caracterização da culpa em sentido estrito, ou seja, negligência, imprudência e imperícia, aquela chamada de culpa subjetiva, em relação ao dano. Sendo assim, ao exigir apenas o nexo causal e o dano, evita-se a demora e conseqüentemente a perpetuação do mesmo no ambiente afetado.

Assim, a responsabilidade civil ambiental impõe a obrigação do sujeito reparar o dano que causou a outrem, independentemente de culpa. Trata-se de modalidade objetiva, ou por risco, dispensando, assim, a comprovação da existência de culpa.

Infere-se que “a responsabilidade objetiva, por seu turno, pressupõe apenas a prova da atividade, do dano, da autoria e do nexo de causalidade entre a atividade e o dano”³⁹.

A responsabilidade civil objetiva em matéria ambiental é um mecanismo processual que garante a proteção dos direitos da coletividade, já

³⁹ LEITE. J. R. M. **Manual de direito ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2015.

que trata de direitos de terceira geração e, portanto, em decorrência disso, aquele que exerce uma atividade potencialmente poluidora ou que implique risco, assume a responsabilidade pelos danos causados.

Nesse aspecto objetivo, a responsabilidade civil por dano ambiental é também solidária, na qual todos os responsáveis responderão solidariamente pelo dano causado, com o fito de facilitar a reparação do meio ambiente.

Sobre responsabilidade objetiva, Maria Helena Diniz:

A responsabilidade objetiva funda-se num princípio de equidade, existente desde o direito romano: aquele que lucra com uma situação deve responder pelo risco ou pelas desvantagens dela resultantes (*ubi emolumentum, ibi onus; ubi commoda, ibi incommoda*)⁴⁰.

Tendo como fundamento a teoria do risco, pode-se atribuir ao poluidor, o dever de reparar danos que venham a se materializar, comprovada a lesão ambiental. Torna-se indispensável que se estabeleça uma relação de causa e efeito entre o comportamento do agente e o dano causado. Para tanto, não é imprescindível que seja evidenciada a prática de um ato ilícito, basta que se demonstre a existência do dano para o qual exercício de uma atividade perigosa exerceu uma influência causal decisiva.

Vale ressaltar que, mesmo sendo lícita a conduta do agente, tal fator torna-se irrelevante se dessa atividade resultar algum dano ao meio ambiente. Essa nada mais é do que uma consequência advinda da teoria do risco.

São elucidativas as palavras do professor Édis Milaré:

É ínsita ao regime da responsabilidade civil objetiva – vigente no direito ambiental – a suposição de um juízo de previsão acerca dos riscos da atividade, com o que seu explorador, pelo simples fato de a ela se dedicar, aceita as consequências danosas que lhe são inerentes [...] De tal arte, a pretensão reparatória, no caso, está subordinada tão só à demonstração do evento danoso e do seu vínculo com a fonte poluidora (= atividade)⁴¹.

⁴⁰DINIZ, M. H. **Curso de direito civil brasileiro**. São Paulo: Editora Saraiva, 2004. p. 48.

⁴¹MILARÉ, E. **Reação jurídica à danosidade ambiental**: contribuição para o delineamento de um microssistema de responsabilidade. 2016. Disponível em:

Caio Mário da Silva Pereira sintetizou:

Aquele que, em razão de sua atividade ou profissão, cria um perigo, está sujeito à reparação do dano que causar, salvo prova de haver adotado todas as medidas idôneas a evitá-lo, [...] A teoria do risco criado importa em ampliação do conceito do risco proveito. Aumenta os encargos do agente, é, porém, mais equitativa para a vítima, que não tem de provar que o dano resultou de uma vantagem ou de um benefício obtido pelo causador do dano⁴².

Ao falar-se de responsabilidade civil ambiental objetiva, deve-se salientar o Princípio do Poluidor Pagador, segundo este princípio, quem polui deve arcar com as despesas que seu ato produzir, tal princípio pretende internalizar no preço as externalidades produzidas, o que se denomina custo ambiental.

Nesse sentido, Benjamin nos ensina que:

Ao obrigar o poluidor a incorporar nos seus custos o preço da degradação que causa – operação que decorre da incorporação das externalidades ambientais e da aplicação do princípio poluidor-pagador – a responsabilidade civil proporciona o clima político-jurídico necessário à operacionalização do princípio da precaução, pois prevenir passa a ser menos custoso que reparar⁴³.

Dentro deste princípio, pelo seu caráter repressivo, que está inserida a ideia de responsabilidade civil pelo dano ambiental.

Em que pesem entendimentos contrários, é justificada a adoção da teoria do risco integral, pois considerar posicionamento diferente, careceria de amparo legal e culminaria na negação do avanço já alcançado pelo instituto da responsabilidade civil ambiental, tendo em vista que as normas ambientais foram criadas com a finalidade de preservar o meio ambiente. O princípio *in dubio pro ambiente* - que preceitua que na dúvida o meio ambiente deve ser

<https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/18874/2/%C3%89dis%20Milar%C3%A9.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2020.

⁴²PEREIRA, C. M. S. **Responsabilidade civil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992. p. 24.

⁴³BENJAMIN, A. H. V. Responsabilidade Civil pelo Dano Ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n. 9, p. 5-52, 1998.

resguardado a despeito de quaisquer valores - é mais uma conquista da cidadania, contribuindo para a manutenção das condições e qualidade de vida.

Em relação ao dano ambiental, também temos a incidência do Princípio do Risco Integral, o qual explicita que a reparação do dano causado ao meio ambiente deve ser integral e não abranger somente o local onde ocorreu o dano, ou seja, não obstante o local imediatamente atingido, a reparação deve atingir toda a extensão afetada em decorrência do dano, essa extensão pode ser, por exemplo, a destruição de espécies que habitam o local, tanto flora, como fauna, o habitat e ecossistema relacionadas ao meio atingido, a contribuição do aquecimento global, etc.

Essa reparação integral também deve se atentar aos danos causados, futuros e certos, bem como à mitigação dos danos irreversíveis àquela qualidade ambiental, que de certa forma devem ser compensados.

Questão que se deve levantar acerca da responsabilidade é quanto à incidência ou não de exceções a teoria do risco integral, ou seja, causas excludentes de responsabilidade, nesse sentido, Lemos aponta que:

Na questão ambiental, tem-se dito que o caso fortuito não exonera a responsabilidade e sim a força maior. Assim, em regra, tanto o caso fortuito quanto a força maior podem excluir a responsabilidade, fundada ou não na culpa, até porque podem eliminar o nexo causal entre a ação e a omissão de quem se pretende responsabilizar e o resultado lesivo. Afigure-se um raio, que provoque um incêndio em floresta: como responsabilizar proprietário do imóvel? Entretanto certas atividades de risco supõem responsabilidade de que as explore, mesmo no caso de força maior ou caso fortuito⁴⁴.

Esses também são alguns argumentos apresentados por José Alfredo de Oliveira Baracho Júnior, que ainda descreve: “Admitir as excludentes de responsabilidade seria fundamental [...]. A responsabilidade civil por danos ao

⁴⁴LEMOS, P. F. I. **Direito Ambiental**: Responsabilidade Civil e proteção ao meio ambiente. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

meio ambiente não pode pretender alcançar todas as formas de interação social”⁴⁵.

Em posição contrária, Benjamin afirma que:

O Direito Ambiental não aceita as excludentes do fato de terceiro, de culpa da vítima e do caso fortuito ou força maior [...]. Se o evento ocorreu no curso ou em razão de atividade potencialmente degradadora, incumbe ao responsável por ela reparar eventuais danos causados, ressalvada sempre a hipótese de ação regressiva⁴⁶.

Apresentando as posições doutrinárias e em uma análise acurada de cada caso deve-se verificar se o dano causado era previsível e poderia ser evitado. Um exemplo utilizado pela Granziera:

Como por exemplo, cita-se a localização de uma barragem de rejeitos industriais às margens de um rio, em bacia sedimentar, em área sujeita a inundações. Em um ano atípico no que se refere ao regime pluviométrico, em que as chuvas excedem a média, a ocorrência de inundação e vazamento dos rejeitos não pode ser considerada força maior para fins de afastamento da responsabilidade do empreendedor⁴⁷.

Na esfera civil, a responsabilidade por danos ambientais é bem delimitada e eficaz quando se trata de danos ambientais mesmo que decorrentes de atos lícitos. Ocorre que, quando se trata de danos ambientais decorrentes de atos ilícitos, a esfera civil deixa de ser suficiente no que tange ao transgressor da norma ambiental, bem como no que concerne à proteção e preservação do meio ambiente. Daí, surge a ideia da proteção penal ambiental.

⁴⁵BARACHO JÚNIOR, J. A. O. **Responsabilidade Civil por dano ao Meio Ambiente**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

⁴⁶BENJAMIN, H. Responsabilidade Civil pelo Dano Ambiental. *In*: NERY JÚNIOR, N.; NERY, R. M. A. (org.). **Direito ambiental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

⁴⁷GRANZIERA, M. L. M. **Direito ambiental**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

2.3 Responsabilidade ambiental penal

Antes de fazer análise mais minuciosa acerca dos elementos componentes do crime ou infração ambiental é fundamental a análise de determinados conceitos.

Primeiramente, convém mencionar o princípio penal da intervenção mínima, o qual surgiu em 1789, por meio da Declaração dos Homens e do Cidadão, disciplinando que o direito penal deverá ser usado como *ultima ratio*. Isto é o mesmo que dizer que deverá preocupar-se com a proteção dos bens mais importantes.

Assim, o poder punitivo estatal deve limitar-se a tutelar os bens jurídicos relevantes, intervindo nos casos de extrema necessidade, quando os outros ramos do direito não se fizerem suficientes.

Nas palavras de Zaffaroni, sobre a intervenção mínima, diz que:

No nosso contexto latino-americano, apresenta-se um argumento de reforço em favor da mínima intervenção do sistema penal. Toda a América está sofrendo as consequências de uma agressão aos Direitos Humanos (que chamamos de injusto jus humanista), que afeta o nosso direito ao desenvolvimento, que se encontra consagrado no art. 22 (e disposições concordantes) da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Este injusto jus humanista tem sido reconhecido pela Organização dos Estados Americanos (OEA), através da jurisprudência internacional da Comissão dos Direitos Humanos, que declara ter sido violado o direito ao desenvolvimento em El Salvador e no Haiti. A existência deste injusto jus humanista não é, pois, uma afirmação ética, mas uma afirmação jurídica, reconhecida pela jurisprudência internacional⁴⁸.

Destarte, o Direito Penal deve interferir minimamente na vida em sociedade, devendo ser “chamado” quando, comprovadamente, demais ramos não forem capazes de solucionar e proteger os bens considerados de maior importância.

⁴⁸ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 78.

Bittencout preceitua que:

O princípio da intervenção mínima, também conhecido como *ultima ratio*, orienta e limita o poder incriminador do Estado, preconizando que a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de determinado bem jurídico. Se outras formas de sanção ou outros meios de controle social revelarem-se suficientes para tutela desse bem, a sua criminalização será inadequada e desnecessária. Se para o restabelecimento da ordem jurídica violada forem suficientes medidas civis ou administrativas, são estas que devem ser empregadas e não as penais. Por isso, o Direito Penal deve ser a *ultima ratio*, isto é, deve atuar somente quando os demais ramos do direito revelarem-se incapazes de dar a tutela devida a bens relevantes na vida do indivíduo e da própria sociedade⁴⁹.

Acerca da explanação do instituto em tela, merece consignar-se as palavras de Nucci:

Caso o bem jurídico possa ser protegido de outro modo, deve-se abrir mão da opção legislativa penal, justamente para não banalizar a punição, tornando-a, por vezes, ineficaz, porque não cumprida pelos destinatários da norma e não aplicada pelos órgãos estatais encarregados da segurança pública. Podemos anotar que a vulgarização do Direito Penal, como norma solucionadora de qualquer conflito, pode levar ao seu descrédito e, conseqüentemente, à ineficiência de seus dispositivos⁵⁰.

Evidente é que ao Direito Penal cabe a tutela dos bens mais importantes, não devendo, muito menos podendo desgastar-se com assuntos de menor relevância. Porém, como visto anteriormente, o bem jurídico ambiental é extremamente importante, possuindo, portanto, alta relevância e encaixando-se dentre os bens que merecem respaldo na esfera penal.

Também é imperioso trazer à baila o princípio penal da proporcionalidade, o qual preceitua que deverá haver proporcionalidade entre o fato cometido pelo indivíduo com a sanção a ele aplicada.

Nesse sentido, Nucci diz:

⁴⁹BITENCOURT, C. R. **Lições de direito penal** – Parte Geral. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995. p.32.

⁵⁰NUCCI, G. S. **Manual de Direito Penal**. 11 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015. p. 25.

Significa que as penas devem ser harmônicas à gravidade da infração penal cometida, não tendo cabimento o exagero, nem tampouco a extrema liberdade na cominação das penas nos tipos penais incriminadores. Não teria sentido punir um furto simples com elevada pena privativa de liberdade, como também não seria admissível punir um homicídio qualificado com pena de multa⁵¹.

Somente haverá legitimidade na pena se esta for estritamente necessária, ou seja, somente deverá ser invocado quando os demais ramos forem insuficientes. Porém, quando invocado, não pode, em nenhuma hipótese, afrontar ou restringir direitos e garantias fundamentais constitucionais.

O princípio em tela é derivado da Teoria do Garantismo, sendo certa a recomendação da menor onerosidade possível, o que possibilita ao juiz, o qual possui amplos poderes para a individualização da pena, substituir, sempre que possível, a pena privativa de liberdade por outra que atinja de forma mais eficaz os objetivos da reprimenda Penal.

Ainda quanto aos conceitos principiológicos, vale trazer aqui, também, o princípio da lesividade ou ofensividade, o qual, por sua vez, impõe que não haverá infração penal quando a conduta não oferecer ao menos perigo de lesão do bem jurídico. Conforme ensina Roxin, “apenas poderá ser castigado o comportamento que lesionar direitos de outras pessoas e não for simplesmente um comportamento pecaminoso ou imoral”⁵².

Ocorre que, em determinados crimes, como os crimes ambientais, não se pode falar em menor onerosidade, dada a grandeza do bem que se pretende tutelar, qual seja, o meio ambiente.

Em que pesem os princípios penais supramencionados, demonstrada a importância do bem jurídico ambiental, este passou a ser tutelado, também, pelo Direito Penal.

⁵¹ NUCCI, G. S. **Manual de Direito Penal**. 11 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015. p. 28.

⁵² ROXIN, C. *apud* BATISTA, N. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 9 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 91.

Nos dizeres de Molitor:

O Direito Ambiental Constitucional apresenta duas vertentes: por um lado o efeito negativo, no sentido de não se destruir o meio ambiente, devendo-se sempre buscar sua preservação; e, de outro, o dever positivo de atuação perante outras pessoas, físicas ou jurídicas (de direito público ou privado), para que se abstenham em favor do meio ambiente, surgindo o Direito Penal como instrumento coercitivo frente à ineficácia de outros meios de proteção ambiental⁵³.

A tutela jurídica de certos bens é mutável e, portanto, varia de acordo com o momento histórico. Isto se dá, pois alguns bens jurídicos, com o passar do tempo, deixam de ter relevância penal, assim como novas relações se apresentam como merecedoras desta tutela, que é o que vem acontecendo com os bens ambientais.

Roxin dispõe que:

A subsidiariedade do Direito Penal, que pressupõe sua fragmentariedade, deriva de sua consideração como remédio sancionador externo, que deve, portanto, ser ministrado apenas quando qualquer outro se revele insuficiente; sua intervenção se dá unicamente quando fracassam as demais barreiras protetoras do bem jurídico predispostas por outros ramos do direito⁵⁴.

Quanto ao meio ambiente, a tutela jurídica é uma exigência atual e mundialmente reconhecida. É neste contexto que o Direito Criminal Ambiental busca tutelar o direito difuso ao meio ambiente tipificando condutas que o coloquem em risco. Isto porque, uma vez inserto em um Estado Democrático de Direito, o Direito Penal não pode se afastar da função primordial que o legitima, qual seja, a de proteger os bens jurídicos mais caros à sociedade, proporcionando, dessa forma, condições para a coexistência pacífica e equilibrada entre os cidadãos, sob o primado dos valores da dignidade da pessoa humana e dos direitos humanos fundamentais, fixando e reafirmando os valores sociais mais importantes.

⁵³ MOLITOR, U. M. A *ratio* do tipo penal ambiental e os fundamentos da Constituição da República Federativa do Brasil. **Revista IMES – Direito**, ano 8, n. 13, jul/dez. 2007. p. 13.

⁵⁴ BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 12 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013. p. 84-85.

Os crimes ambientais são classificados como crimes de perigo, pois se consubstanciam com a mera possibilidade de dano. Diferenciam-se, portanto, dos crimes de dano, nos quais há necessidade de efetiva “destruição” a um bem jurídico penalmente protegido.

Crimes, como são subdivididos na doutrina, podem ser de dano e de perigo. O primeiro exige comprovação do efetivo prejuízo. Os de perigo não o exigem. Exigem o perigo concreto⁵⁵.

No direito ambiental, basta que haja a possibilidade de ofensa, expondo-se o bem jurídico penalmente protegido a perigo de dano. Nesse sentido, Saleme e Bonavides esclarecem que:

Para que haja eficácia plena dessas normas na seara ambiental se criminalizam determinadas condutas consideradas lesivas aos elementos da natureza. **Estabeleceu-se que desnecessário o dano efetivo, pois a ciência criminal ordenou o crime ecológico com característica de crime de perigo**⁵⁶ (grifo nosso).

Nos crimes ambientais, portanto, antecipa-se a proteção penal para que não haja exaurimento do crime. Aliás, todas as disciplinas que tratam do Direito Ambiental, apresentam esse comum objetivo, qual seja o de incluir os riscos e não somente o dano, pois este último, depois de causado, é de difícil reparação e larga dimensão.

Uma curiosidade é a seguinte: existem fatos que podem ser considerados tanto como ilícitos e também como atípicos? A resposta é sim. Isto porque, na maioria dos delitos ambientais o agente é punido não por ter praticado o fato ou exercido tal ou qual atividade considerada danosa ao meio ambiente, mas sim por não ter obtido a autorização ou licença para tanto ou,

⁵⁵SALEME, E. R.; BONAVIDES, R. S. Comentários acerca da aplicação da lei de crimes ambientais. *In: XXVII Encontro Nacional do Conpedi: Direito Ambiental e Socioambientalismo.* Disponível em: <http://conpedi.daniloir.info/publicacoes/0ds65m46/9lvsabfk/4AgvMG9o3Y18LCRj.pdf>. Acesso em 22 fev. 2020.

⁵⁶ Idem.

ainda, mesmo que devidamente habilitado, com autorização ou licença, por não ter observado suas condicionantes e as determinações regulamentares e/ou legais. Exemplificando: caçar animais silvestres tanto pode ser ilícito penal como fato atípico, porquanto a caça não só pode ser proibida como também permitida, neste caso, porém, dependente de autorização.

Não se pode olvidar que a preservação ambiental nos dias de hoje é uma questão de “vida ou morte”, na medida em que a degradação ecológica chegou a tais níveis que ameaçam a existência da própria espécie humana.

Nas Palavras de Bello Filho, Costa Neto e Costa:

O Direito Criminal Ambiental desponta como ramo específico, que tipifica as condutas mais afrontosas contra o bem jurídico meio ambiente sadio, protegendo, segundo o princípio da mínima interferência, aquelas parcelas do bem jurídico que, por serem fundamentais, necessitam ser tuteladas por normas que tenham como consequência, acaso presente a violação do direito, uma pena⁵⁷.

O Direito Penal, considerado a *ultima ratio*, deve estar atento às mudanças de paradigmas advindas da modernidade, adequando sua estrutura a essa nova realidade, tornando-se imperioso que ele seja mais atuante em face da criminalidade empresarial contra o meio ambiente. Este Direito tem por função proteger os bens e valores fundamentais da sociedade, punir os atos que perturbam a ordem pública, sendo suas sanções consideradas mais gravosas, por imprimirem maior repulsa social. Logo, deve atuar quando se trata da lesão de bens que dizem respeito a toda coletividade, que estão diretamente ligados à complexa cadeia biológica garantidora da vida humana no planeta.

Como enfatiza Lecey:

O direito Ambiental Penal incrimina não apenas o colocar em risco a vida, a saúde dos indivíduos e a perpetuação da espécie humana, mas o atentar contra a própria natureza, bem

⁵⁷ BELLO FILHO, N. B.; COSTA NETO, N. D. C.; COSTA, F. D. C. Crimes e infrações administrativas ambientais: comentários à Lei 9.605/98. 2 ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2001. p. 171.

que, por si mesmo, deve ser preservado e objeto de tutela, pelo que representa às gerações presentes e futuras⁵⁸.

Cabe destacar ainda os ensinamentos de Lecey no que tange às razões fundamentais da tutela penal do meio ambiente. O mencionado autor sintetiza os principais motivos que ensejam a proteção penal ambiental, apontando quatro aspectos: (i) como resposta social; (ii) como instrumento de pressão à solução dos conflitos; (iii) como instrumento de efetividade das normas gerais e (iv) como instrumento de preservação⁵⁹.

A tutela do meio ambiente encontra supedâneo jurídico-formal no indicativo constitucional do artigo 225, § 3º da Constituição Federal, bem como nas próprias necessidades existenciais do homem. O referido dispositivo prescreve que as atividades consideradas lesivas ao ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Os preceitos impositivos constitucionalmente delineados vinculam materialmente o legislador ordinário quanto à escolha dos bens jurídicos tutelados e na forma de atuação da política criminal, bem como os tribunais superiores em suas missões constitucionais de forma a dar interpretação às normas que mais se adequem à necessidade da preservação do ambiente.

Para cumprir a determinação constitucional de sancionar administrativa e penalmente as condutas lesivas ao meio ambiente, destaca-se a Lei nº 9.605/98, Lei dos Crimes Ambientais. A retromencionada legislação teve o mérito de suprir e sistematizar as infrações ambientais em um único Diploma Legal, embora ainda existam alguns crimes e infrações administrativas tipificados em outros textos normativos. Isto porque, a destruição do ambiente constitui, sem sombra de dúvidas, um dos mais

⁵⁸ LECEY, E. A atividade empresarial e a co-responsabilidade penal da pessoa jurídica e do dirigente na lei dos crimes contra o ambiente. *In*: 6º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL. **Anais [...]**. São Paulo: Instituto "O Direito por um Planeta Verde", 2002. 03.

⁵⁹ *Idem*, p. 03.

ingentes problemas que a humanidade tem deparado na atualidade, cuja gravidade é de todos conhecida.

A norma supramencionada dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Em que pese ser o diploma normativo que trata da tutela penal, a matéria não se esgota, havendo outras leis que trazem dispositivos em matéria de direito penal ambiental. Como exemplo, se pode mencionar o artigo 15 da Lei que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (lei nº 9.638 de 1981) que disciplina que o poluidor que expuser a perigo a incolumidade humana, animal ou vegetal, ou estiver tornando mais grave situação de perigo existente, estará sujeito à pena de reclusão de um a três anos, além de multa.

Gomes, sobre a Lei dos Crimes Ambientais:

É muito importante ressaltar que esta lei tem por objetivo expresso a reparação do dano ambiental. O intuito claro da Lei Ambiental é a reparação dos prejuízos ambientais (sempre que possível) ou ao menos sua compensação. Por isso, a maioria dos institutos da Parte Geral está relacionada com a reparação ou compensação do dano ambiental, circunstância que não se pode perder de vista na interpretação da presente lei.⁶⁰

Como evidencia Marchesan, reuniram-se as infrações contra a flora (não em sua totalidade) e a fauna, criaram-se tipos contra a administração ambiental, ampliaram-se os tipos contra o meio ambiente artificial, agregaram-se disposições de direito administrativo sancionador e criminalizaram-se as condutas relativas à pesca predatória, as quais eram meras infrações administrativas⁶¹.

A Lei consagra o espírito de prevenção geral e exprime uma preocupação com a efetiva reparação do dano ao meio ambiente. Porém, além disso, não se pode deixar de lado a imprescindibilidade da tutela penal, tendo

⁶⁰ GOMES, L. F.; MACIEL, S. **Lei de Crimes Ambientais**: Comentários à lei 9.605/1988. 2 ed. São Paulo: Editora Método, 2015. p. 23.

⁶¹ MARCHESAN, A. M. M. Alguns aspectos sobre a Lei dos Crimes Ambientais. **Revista de Direito Ambiental**, n. 19. São Paulo: RT, 2000. p. 67.

em vista a proporcionalidade entre a relevância do bem jurídico protegido e as consequências sociais estigmatizadoras, inexistentes nos outros ramos do direito.

Há quem critique severamente a Lei dos Crimes Ambientais, sendo a mais feroz crítica a do jurista Reale Júnior:

Ao iniciar com expectativa a leitura da propalada Lei dos Crimes Ambientais a decepção surgiu de pronto e se transformou, ao final, em intensa indignação diante dos gravíssimos erros de técnica legislativa que se somam a absurdos de conteúdo, reveladores da ausência de um mínimo de bom senso. A defesa imprescindível do meio ambiente não autoriza que se elabore e que o Congresso aprove lei penal ditatorial, seja por transformar comportamentos irrelevantes em crime [...], seja fazendo descrição ininteligível de condutas, seja considerando crime infrações nitidamente de caráter apenas administrativo, o que gera a mais profunda insegurança⁶².

Em contraponto, como refere Milaré, ainda que a Lei em comento contenha alguns defeitos perfeitamente evitáveis (os quais, como refere, muitas vezes são frutos de excisões promovidas por pressão dos diversos *lobbies* interessados), a Lei 9.605/98 representa um considerável avanço político na proteção do meio ambiente, inaugurando uma sistematização das punições administrativas com severas sanções e tipificando de forma orgânica os crimes ecológicos, inclusive na modalidade culposa⁶³.

Portanto, dada a importância dos bens ambientais para a sociedade, a lei referida deu relevância ao bem jurídico em análise, o que é perfeitamente cabível uma proteção no âmbito penal. Isto porque, nenhuma outra sanção jurídica se reveste de maior caráter intimidatório do que a sanção penal, considerando que a função instrumental do Direito Penal é “a proteção efetiva

⁶² REALE JÚNIOR, M. *apud* MACIEL, S. Meio Ambiente—Lei 9.605/98. In: GOMES, Luiz Flávio. CUNHA, Rogério Sanches (org.). **Legislação Criminal Especial**. São Paulo: RT, 2009. p. 683.

⁶³MILARÉ, E. **Direito do Ambiente**: doutrina, jurisprudência e glossário. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 944.

de bens jurídicos por meio do efeito dissuasório que as cominações legais produzem nos infratores”⁶⁴.

A distinção fundamental entre ilícito civil e ilícito penal está baseada numa sopesagem de valores; na diferença da gravidade do ato praticado. “Determinadas condutas, levando-se em conta a sua repercussão social e a necessidade de uma intervenção mais severa do Estado, foram erigidas à categoria de tipos penais”⁶⁵. Ou seja, as medidas administrativa e/ou civil devem ser reservadas para casos de menor relevância, aplicando-se uma medida de natureza penal para os casos mais relevantes.

Como se sabe, a tutela jurídica de determinados bens é mutável, variando de acordo com o momento histórico e com o grupo social. Alguns bens jurídicos deixam de ter relevância penal e outros passam a se apresentar como merecedores dessa tutela.

Como assevera Milaré: “arranhada estaria a dignidade do Direito Penal caso não acudisse a esse verdadeiro clamor social pela criminalização das condutas antiecológicas”⁶⁶.

Pode-se dizer que isso é o que vem acontecendo com os bens ambientais. Com o passar do tempo e dos avanços tecnológicos, o que se pode chamar de pós modernidade ou Sociedade de Risco, o meio ambiente passou a “merecer” maior proteção jurídica, tendo em vista tratar-se de bem essencial, relacionado à dignidade da pessoa humana.

De acordo com Prado, a Constituição Federal estabeleceu um *mandato expreso de criminalização* das condutas lesivas ao meio ambiente:

⁶⁴ BIANCHINI, A.; MOLINA, A. G. P.; GOMES, L. F. **Direito penal**: Introdução e princípios fundamentais. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 231.

⁶⁵ FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 10 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010. p. 71.

⁶⁶ MILARÉ, E. **Direito do Ambiente**: doutrina, jurisprudência e glossário. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 914.

Desse modo, não se limita simplesmente a fazer uma declaração formal de tutela do meio ambiente, mas [...] estabelece a imposição de medidas coercitivas aos transgressores do mandamento constitucional. Assinala-se a necessidade de proteção jurídico-penal, com a obrigação ou mandato expresso de criminalização. Com tal previsão, a Carta Brasileira afastou, acertadamente, qualquer eventual dúvida quanto à indispensabilidade de uma proteção penal do ambiente. Reconhecem-se a existência e a relevância do ambiente para o homem e sua autonomia como bem jurídico, devendo, para tanto o ordenamento jurídico lançar mão inclusive da pena, ainda que em *ultima ratio*, para garanti-lo⁶⁷.

José Afonso da Silva, neste sentido, assevera que “a qualidade do meio ambiente é um valor fundamental; é um bem jurídico de alta relevância, na medida em que a Constituição o considera bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, que o Poder Público e a coletividade devem defender e preservar”⁶⁸. Desta forma, induz que a ofensa a um tal bem se revela grave e deve realmente ser definida como crime.

Luís Paulo Sirvinskas, neste aspecto, assinala que,

[...] nos dias atuais, a tutela penal do meio ambiente continua sendo uma necessidade indispensável, especialmente quando as medidas nas esferas administrativa e civil não surtirem os efeitos desejados. E, por isso, a medida penal tem por escopo prevenir e reprimir condutas praticadas contra a natureza⁶⁹.

Desta forma, o bem jurídico ambiental penalmente tutelado é composto pelos elementos naturais (crimes contra a fauna e flora), artificiais (crimes contra o ordenamento urbano) e culturais (crimes contra o patrimônio cultural), abarcando na proteção penal o meio ambiente em toda sua extensão. Sob o aspecto do Direito Penal Ambiental, Antônio Herman Benjamin *apud* Ivan Luiz da Silva, leciona:

Se o Direito Penal é, de fato, *ultima ratio* na proteção de bens individuais (vida e patrimônio, p. ex), com mais razão impõe-se sua presença quando se está diante de valores que dizem respeito a toda a coletividade, já que estreitamente conectados

⁶⁷PRADO, L. R. **Direito Penal do Ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 80.

⁶⁸SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. 7 ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 850.

⁶⁹SIRVINSKAS, L. P. **Manual de Direito Ambiental**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 665.

à complexa equação biológica que garante a vida humana no planeta⁷⁰.

Dessa forma, no que tange à tutela exercida pelo Direito Penal no ramo do Direito Ambiental como possível forma de coibir transgressões ao meio ambiente, pode-se dizer que é de extrema importância a análise de sua eficácia e aplicabilidade.

Os crimes contra o meio ambiente são talvez os mais repugnantes de todos os delitos. Verifica-se no ordenamento jurídico pátrio, que as infrações penais contra o meio ambiente são de natureza pública incondicionada. Assim, cabe ao Ministério Público propor a ação penal pertinente, na forma prevista no Código de Processo Penal.

Para Vladimir Passos de Freitas:

[...] tanto as sanções administrativas quanto as civis têm se revelado insuficientes para proteger o meio ambiente. As administrativas porque, sabidamente, os órgãos ambientais contam com sérias dificuldades de estrutura. Além disso, ao contrário do que se supõe em análise teórica, o processo administrativo não é ágil como se imagina: todos os recursos, de regra com três instâncias administrativas, fazem com que anos se passem até uma decisão definitiva; depois ainda há o recurso ao Judiciário. Já a sanção civil, sem dúvida a mais eficiente, nem sempre atinge os objetivos. É que muitas empresas poluidoras embutem nos preços o valor de eventual ou certa reparação. Além disso, a sanção penal intimida mais e, no caso de pessoas jurídicas, influi na imagem que possuem junto ao consumidor, resultando em queda de vendas ou mesmo na diminuição do valor das ações⁷¹.

Com a chegada do pós-modernismo, as mudanças constantes no meio social e ambiental, bem como a tecnicidade da matéria ambiental, a legislação penal ambiental valeu-se de diversos tipos penais, os quais podem ser chamados de normas penais em branco.

⁷⁰SILVA, I. L. **Princípio da Insignificância e os Crimes Ambientais**. Rio de Janeiro: Editora: Lumen Juris, 2008. p. 69.

⁷¹ FREITAS, V. P. **A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

As normas penais em branco são aquelas em que a descrição da conduta punível se mostra incompleta ou lacunosa, necessitando de complementação de outro dispositivo legal, o que significa dizer que o preceito é formulado de maneira genérica, devendo ser colmatado por ato normativo (legislativo ou administrativo).

Embora haja extrema tecnicidade, complexidade e caráter difuso da matéria ambiental, a escolha de tipos penais em branco é um pouco delicada e pode ensejar artimanhas, por parte do particular, em burlar a normativa penal.

Para Palazzo “A dicção normativa penal deve ser a mais adequada, precisa e inteligível possível na elaboração e na concretização do tipo de injusto”⁷².

Luiz Regis Prado afirma que:

[...] há necessidade de o legislador autorizar expressa e inequivocadamente a cominação penal e demarcar seu conteúdo, fim e extensão, para que se possa conhecer a partir da própria lei as condicionantes da punibilidade e a espécie de sanção⁷³.

Com as devidas anotações, paira a imprescindibilidade de reflexão acerca da normativa penal ambiental vigente e se esta causa “temor” aos grandes criminosos poluidores ou se há subjetividade nos tipos penais, os quais podem ser facilmente “manipulados”, até mesmo pela esfera civil e administrativa, gerando assim, talvez, sensação de impunidade.

Em contrapartida, cabe esclarecer que esta tarefa é extremamente árdua para o legislador, na medida em que a matéria ambiental é dotada de extrema tecnicidade. Os valores da natureza e a relação sinérgica com a vida humana é insofismável, a interação dos elementos bióticos e abióticos atuam continuamente um sobre o outro. Portanto, é necessária a compreensão do

⁷²PALAZZO, F. *Principi costituzionali, Beni giuridici e scelte di criminalizzazione*. Firenze: Tip. Capponiu, 1990. p. 339.

⁷³ PRADO, L. R. *Direito penal do ambiente*. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 86.

bem jurídico tutelado e a extensão do termo meio ambiente em uma perspectiva hermenêutica, alicerçado sob as bases da interdisciplinaridade, uma vez ser essa a característica latente da relação ambiental.

Talvez, como forma de solucionar o “problema” da subjetividade da legislação penal ambiental vigente, devido à interdisciplinaridade da matéria, necessário seria a implementação, pelo poder público, de equipe interdisciplinar quando da verificação de danos e impactos ambientais. Assim, cabe dizer que ao Judiciário caberia aplicar a normativa penal ambiental com maior efetividade, na medida em que haveria cooperação de profissionais de outras áreas (biólogos, engenheiros agrônomos, etc.) a ele vinculados, sanando, portanto, a subjetividade existente na legislação ambiental, gerando maior segurança na aplicação da tutela penal em matéria ambiental.

Cabe anotar também que algumas sanções cominadas aos delitos ambientais são brandas. Claro é que o direito penal deverá ser usado como *ultima ratio*, porém resta um tanto quanto complicado a abordagem da tutela penal como última opção quando se fala em danos ambientais que atingem milhares de pessoas. Saleme e Bonavides entendem que:

A LCA dispôs em oito capítulos as infrações penais e administrativas em um único texto e seus dispositivos já ensejariam uma norma regulamentadora. No capítulo inicial (I) refere-se ao concurso de pessoas na prática de crimes; em seu texto responsabilizou a pessoa jurídica administrativa e penalmente, uma vez comprovada que a ação lesiva ao ambiente tenha sido objeto de decisão de seu administrador; permite a desconsideração da personalidade jurídica, quando esta tornar-se obstáculo à responsabilização pelos prejuízos causados ao ambiente. No capítulo seguinte dispõe acerca da aplicação da pena criminal; o capítulo III dispõe sobre a apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou mesmo do crime. No próximo (IV) refere-se à ação e ao processo penal. No capítulo V há a tipificação dos crimes ambientais; no capítulo VI tem-se a indicação das infrações administrativas e se estas são consideradas como sendo toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção e recuperação do meio ambiente. Com isso permitiu-se que qualquer cidadão pudesse denunciar a infração, sempre que dela tiverem conhecimento. No capítulo VII tratou do importante instituto da cooperação internacional. Fundamental para os tempos atuais e que permite a preservação da natureza no âmbito transnacional já que a poluição desconhece barreiras. No último capítulo (VIII) trouxe

esclarecimentos adicionais no 378 sentido de que o as disposições do Código Penal e de Processo Penal seriam de aplicação subsidiária. Essa norma inovou definitivamente o cenário ambiental brasileiro e o artigo 80 previa sua regulamentação pelo Poder Executivo no prazo de 90 dias a partir de sua publicação, o que foi seguido pelo Decreto 3.179, de 1999⁷⁴.

Nesse sentido, pontua Milaré: “o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, na sua concepção moderna, é um dos direitos fundamentais da pessoa humana, o que, por si só, justifica a imposição de sanções penais às agressões contra ele perpetradas, como extrema *ratio*”⁷⁵.

Insta relatar que a pena é a consequência natural imposta a alguém, pelo Estado, o qual exerce o poder punitivo estatal, quando àquele pratica infração penal, ou seja, atos tipificados na legislação penal brasileira.

Nesse sentido, Almeida salienta que:

Por assim dizer, a ciência do Direito Penal é importante para uma racional concretização, seleção e individualização dos interesses mercedores de proteção penal. Agrega-se a este ponto uma relação em que a pena imposta é uma consequência ocasionada pela condição axiológica do bem, e este tem sua relevância exatamente na proteção exercida pela pena⁷⁶.

Embora, como visto anteriormente, haja a responsabilidade civil e administrativa, tais medidas são débeis para o verdadeiro combate à criminalidade ambiental, haja vista que elas não têm a publicidade do processo criminal e permitem, por exemplo, a negociação entre as empresas e as autoridades administrativas e não traduzem a força coercitiva que se pode atribuir às penas criminais.

⁷⁴SALEME, E. R.; BONAVIDES, R. S. Comentários acerca da aplicação da lei de crimes ambientais. *In: XXVII Encontro Nacional do Conpedi: Direito Ambiental e Socioambientalismo.* Disponível em: <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/0ds65m46/9lysabfk/4AgvMG9o3Y18LCRj.pdf>. Acesso em 22 fev. 2020.

⁷⁵MILARÉ, E. **Direito do Ambiente**: doutrina, jurisprudência e glossário. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 844.

⁷⁶ ALMEIDA, B. R. A discussão sobre a tutela penal de valores supraindividuais: ponderações a partir da teoria do bem jurídico-penal. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, n. 29, abr./maio 2009. p. 29.

A pena deve ser aplicada para a reprovação de uma conduta em dissenso com a maioria do grupo social, por parte da minoria. A Lei dos crimes ambientais também elenca as circunstâncias atenuantes da pena (artigo 14), bem como as agravantes (artigo 15).

Tratam as atenuantes de: baixo grau de instrução ou escolaridade do agente; arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada; comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental; e colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.

Já as agravantes consistem em: reincidência nos crimes de natureza ambiental; ter o agente cometido a infração: a) para obter vantagem pecuniária, b) coagindo outrem para a execução material da infração, c) afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou o meio ambiente, d) concorrendo para danos à propriedade alheia, e) atingindo áreas de conservação ou áreas sujeitas, por ato do Poder Público, a regime especial de uso, f) atingindo áreas urbanas ou quaisquer assentamentos humanos, g) em período de defeso à fauna, h) em domingos ou feriados, i) à noite, j) em épocas de seca ou inundações, l) no interior do espaço territorial especialmente protegido, m) com o emprego de métodos cruéis para abate ou captura de animais, n) mediante fraude ou abuso de confiança, o) mediante abuso do direito de licença, permissão ou autorização ambiental, p) no interesse da pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais, q) atingindo espécies ameaçadas, listadas em relatórios oficiais das autoridades competentes, r) facilitada por funcionário público no exercício de suas funções. Passadas as considerações supra, é preciso ponderar se as sanções cominadas aos grandes criminosos do meio ambiente são suficientes quando se coloca em xeque o bem jurídico que se pretende tutelar.

Em que pese toda a construção da normativa penal ambiental, em se tratando dos crimes em espécie, a crítica é bem acirrada. Isto porque, logo no primeiro tipo penal incriminador, apelidado de crime de caça, é

estorrecedor notar a tamanha complacência do legislador no que diz respeito à escala penal cominada. O delito, que é de ação múltipla, prevê condutas de extrema gravidade como, por exemplo, a destruição da vida de centenas de golfinhos, sendo certo que barbáries como essa, já exibidas pelos meios de comunicação, que flagraram ondas de sangue no litoral brasileiro, são punidas com pena de três meses a um ano, ou seja, infração de menor potencial ofensivo que, certamente, será solucionada por meio de uma transação penal, poupando o delinquente de eventual acusação, processo, condenação e efeitos da sentença penal condenatória, como os da reincidência e dos maus antecedentes.

Por outro lado, se o indivíduo se prestar a esconder dinheiro proveniente da contravenção do Jogo do Bicho debaixo do seu colchão, poderá pegar uma pena de até dez anos de reclusão pela prática do crime de lavagem de dinheiro, conforme disposto no art. 1º, da lei 9.613/98 (lei de lavagem de dinheiro), ou seja, dez vezes mais grave, e quase o dobro da pena que pode pegar o transgressor que causar poluição mediante a utilização de substância nuclear ou radioativa (art. 56, § 2º, da lei 9.605/98).

Outro exemplo pertinente é o do dano ambiental como o de Mariana-GO que causou muito mais impacto e mortes que um crime “comum”, como, por exemplo, o de roubo, ao qual se atribui pena máxima de 10 (dez) anos de reclusão.

Embora existam lacunas na legislação ambiental penal dada a complexidade e interdisciplinaridade da matéria, em contrapartida, como ponto positivo, algo que se deve reconhecer como grande salto no direito penal ambiental, em prol de garantir o meio ambiente ecologicamente equilibrado, é a possibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica.

Inicialmente, a responsabilização penal da pessoa jurídica suscitou discussões doutrinárias, bem como divergências jurisprudenciais quanto à aplicabilidade desse preceito constitucional. Apenas com o advento da Lei nº 9.605/98, regulamentando tal tema, que foi possível a utilização desse instrumento de tutela ambiental.

Em que pese a ampla controvérsia envolvendo o tema, a jurisprudência vem paulatinamente reconhecendo a responsabilização penal das pessoas jurídicas, ainda que haja a imputação simultânea do ente moral e da pessoa física que age em seu nome⁷⁷. Destaca-se a atitude acertada do legislador, ao passo que visou a responsabilização do maior criminoso ambiental, haja vista que os eventos danosos que provocam as mais graves lesões ao meio ambiente não são comumente produzidos por pessoas físicas, e sim os grandes grupos econômicos que visam a obtenção de lucro acima de tudo.

Apesar da aceitação da maioria da doutrina sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica pelas condutas lesivas causadas ao meio ambiente, ainda remanescem alguns posicionamentos contrários, aludindo ao princípio *societas delinquere non potest*, segundo o qual, é inadmissível a punibilidade penal dos entes coletivos, lhes aplicando somente a punibilidade administrativa ou civil, e alguns de seus argumentos são: ausência de consciência, vontade e finalidade, bem como ausência de culpabilidade.

Nesta esteira, estão os ensinamentos de Savigny, para quem as pessoas jurídicas têm existência fictícia, irreal ou de pura abstração, são um privilégio lícito da autoridade soberana, não sendo, logo, capazes de delinquir por não possuir vontade nem ação. A realidade de sua existência se funda sobre as decisões de certo número de representantes que, em virtude de uma ficção, são consideradas como suas. Aludindo ainda, que tais delitos imputados à pessoa jurídica são praticados sempre por seus membros ou diretores, isto é, por pessoas naturais, sendo de somenos importância que o interesse da corporação tenha servido de motivo ou de fim para o delito.

Em contraponto está a Teoria da realidade ou organicista, que tem como precursor mais ilustre Otto Gierke, o qual considera que a pessoa jurídica tem uma personalidade real, dotada de vontade própria distinta de seus membros, nascendo da convergência da vontade deles, mediante deliberações

⁷⁷ Nesse sentido: STJ RHC 24.125/SC (j. 01/12/2011), STJ EDcl no RESP 865.864/PR (j. 20/10/2011), STJ RESP 564.960/SC (j. 02/06/2005), STJ RESP 610.114/RN (j. 17/11/05), dentre outros.

e votos, com capacidade de agir e praticar ilícitos penais. Ela é uma realidade social, sujeito de direitos e deveres, em consequência é capaz de dupla responsabilidade: civil e penal, sendo o juízo de culpabilidade adequado as suas características, pois, para esses entes morais existe a exigibilidade de conduta diversa, ensejando a reprovabilidade da conduta. Essa responsabilidade é pessoal, assim, os sócios que não participaram do crime não serão penalizados, existindo apenas os efeitos decorrentes da condenação, como ocorre com os familiares de preso condenado. Logo, nada impede que a pessoa jurídica pratique atividades proibidas especialmente pela lei penal.

Segundo Shecaira:

Pode-se dizer que, ao adotar-se tal pensamento, há de se constatar que a pessoa coletiva é perfeitamente capaz de vontade. Ela não é um mito, pois concretiza-se em cada etapa importante de sua vida pela reunião, deliberação e voto da assembleia geral de seus membros, ou mesmo através de sua administração ou gerência⁷⁸.

Com o intuito de apaziguar os conflitos da opção político-constitucional de responsabilidade penal da pessoa jurídica e os conceitos clássicos da teoria do crime surgiu a teoria da dupla imputação. Nas palavras de Lúcio Ronaldo:

Na atuação da pessoa física que age em nome e no interesse da pessoa jurídica para cometer crimes [...]. Trata-se da teoria da dupla imputação: utiliza-se a personalidade e a culpabilidade dos representantes das empresas e os interesses da pessoa jurídica e, somados, preenchem, de modo satisfatório, todos os elementos do delito. Teremos, na apuração e responsabilização penal, concurso necessário entre pessoa física e jurídica⁷⁹.

Uma das principais discussões acerca do tema é sobre a responsabilidade penal das pessoas jurídicas de direito público. Todavia inexistente posição dos Tribunais Superiores a respeito da questão, havendo

⁷⁸ SHECAIRA, S. S. **Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica**. 2 ed. São Paulo: Editora Método, 2002. p. 103.

⁷⁹ SILVA, I. L. M. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas: 21 anos de previsão legal: um balanço necessário. *In*: FRANCO, A. S. (org.). **Doutrinas essenciais de direito penal: leis penais especiais II**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p.48.

somente posicionamento doutrinário a favor da responsabilização, considerando que a Lei 9.605/98 e a Constituição Federal não fazem distinção alguma, bem como existem posicionamentos contrários a essa responsabilização, pautados nos mais diversos fundamentos. Contudo, com maestria ressalta Machado:

A irresponsabilidade penal do Poder Público não tem ajudado na conquista de uma maior eficiência administrativa. A tradicional sacralização do Estado tem contribuído para o aviltamento da sociedade civil e das pessoas que a compõe. Responsabilizar penalmente todas as pessoas de direito público não é enfraquecê-las, mas apoiá-las no cumprimento de suas finalidades⁸⁰.

Destarte, conceber que a pessoa jurídica é apta a ter direitos e receber benefícios, porém irresponsável penalmente, incapaz de responder pelos danos ambientais que produzir, seria inobservância ao princípio da equidade, bem como violação aos preceitos constitucionais, que visam, sobretudo, a tutela do direito coletivo ao meio ambiente equilibrado, sendo a responsabilização penal daquela uma exigência apta a salvaguardar esses direitos diuturnamente violados.

Atualmente, o entendimento dominante, principalmente na jurisprudência das cortes superiores, é no sentido de possibilidade de responsabilização penal das pessoas jurídicas de direito privado, com fundamento legal no artigo 225, § 3º, da Constituição Federal.

No que tange à aplicação da pena às pessoas jurídicas, o primeiro pensamento que paira na cabeça de qualquer cidadão é sobre a incompatibilidade da aplicação de pena privativa de liberdade aos entes coletivos. Dada essa particularidade, há clara necessidade de se adequar as penas. Tal adequação pode ser vista na própria Constituição Federal, em seus artigos 170, IV ⁸¹; 173, § 5º ⁸²; e 225, § 3º ⁸³, que preveem a responsabilidade

⁸⁰MACHADO, P. A. L. M. **Direito Ambiental Brasileiro**. 17 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009. p.844.

⁸¹ Art. 170 – A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: VI - defesa do meio ambiente.

da pessoa jurídica por atos praticados contra o meio ambiente, sendo adotadas “punições compatíveis com sua natureza”.

A Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais) dispõe de capítulo especial no tocante as penas aplicáveis às pessoas jurídicas. Sendo elas: multa; restritiva de direitos; e prestação de serviços à comunidade (artigo 21).

Destarte, existem penas compatíveis à responsabilização penal da pessoa jurídica, bastando, portanto que sejam devidamente aplicadas para que marquem a “empresa criminosa” com o estigma único do direito penal, fazendo, assim, com que haja maior “preocupação” entre a comunidade empresária e, como resultado, causando maior temor, o que, por si só, gera mais atenção e cuidados com o meio ambiente, na medida em que não se quer incorrer em nenhuma prática criminosa gere grandes prejuízos.

No âmbito das penas aplicáveis, acredita-se que as restritivas de direitos (artigo 22 da Lei de Crimes Ambientais⁸⁴) sejam as mais temidas. Para Gilberto Passos de Freitas e Vladimir Passos de Freitas “essas restrições acabarão sendo as verdadeiras e úteis sanções⁸⁵”

⁸² Art. 173, § 5º - A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta; sujeitando-se às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.

⁸³ Art. 225, § 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

⁸⁴ Art. 22. As penas restritivas de direito da pessoa jurídica são: I – suspensão parcial ou total das atividades; II – interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; III – proibição de contatar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações. § 1º. A suspensão de atividades será aplicada quando estas não estiverem obedecendo às disposições legais ou regulamentares, relativas à proteção do meio ambiente. § 2º. A interdição será aplicada quando o estabelecimento, obra ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização, ou em desacordo com a concedida, ou com violação de disposição legal ou regulamentar. § 3º. A proibição de contatar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações não poderá exceder o prazo de 10 (dez) anos.

⁸⁵ FREITAS, V. P.; FREITAS, G. P. **Crimes contra a natureza**. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

Em que pese o grande avanço mencionado em relação às empresas, as quais são as maiores poluidoras e degradadoras do meio ambiente, é preciso dizer que há necessidade, sempre, de ponderação na utilização de qualquer instituto penal, pois há um enorme contrassenso na questão desenvolvimento social e meio ambiente. Isto porque, embora as empresas sejam as maiores poluidoras ambientais, são elas que, ao mesmo tempo, são as maiores geradoras de emprego.

Bem se sabe que as atividades econômicas produtoras de bens ou serviços têm se apresentado como as grandes geradoras de poluição, na maioria das vezes através do lançamento de resíduos de forma inapropriada no meio ambiente, ampliando, assim, a degeneração dos recursos naturais. Isto se dá em decorrência da busca de progresso econômico a qualquer custo, fato que gera aceleração na exploração de recursos ambientais.

E qual o porquê desse assunto estar sendo suscitado? Simples, para mostrar que sempre existirão dois lados da balança. Ora, óbvio que há necessidade de privilegiar o meio ambiente, mas, também, é preciso analisar todos os aspectos envolvidos quando se fala em grandes empresas, pois atrás de tudo isso existem milhares de pessoas empregadas nessas empresas e, portanto, extraindo o seu sustento.

A pobreza e o risco ambiental são fenômenos que se inter-relacionam, sendo certo que a camada populacional pobre é sempre a mais onerada com toda essa situação. Veja-se: Supondo que uma grande empresa é proibida de continuar com suas atividades em decorrência de diversas práticas danosas ao meio ambiente, os mais afetados serão os funcionários que dela dependiam. Em contrapartida, se não houver adoção de nenhuma medida em relação à essa suposta empresa e ela causar um desastre ambiental como o de Brumadinho, por exemplo, os afetados serão todos, ou seja, os trabalhadores e a população daquela região.

Para tanto, é preciso encontrar um equilíbrio entre as necessidades humanas e a limitação dos recursos naturais, aliás, entre todos os fatores do meio, sejam eles financeiros, econômicos, sociais, ambiental, culturais etc.

Conforme mencionam Saleme e Saborita:

A busca por um equilíbrio entre a promoção de atividades empresariais pelas transnacionais e os impactos negativos que se possam trazer desenvolvimento econômico é um dos grandes desafios contemporâneos, e um dos fundamentos para a criação das Diretrizes da OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento). Esta organização foi inicialmente fundada por países desenvolvidos e o Brasil está interessado em ingressar nessa organização (2019)⁸⁶.

Superadas as devidas considerações, fato é: o crime ambiental atinge a todos, causando danos irreparáveis. Embora a sociedade atual se encontre mais consciente em relação à preservação ambiental, ainda se tem muito a evoluir. Trata-se de inserir políticas públicas que incentivem a preservação ambiental, bem como de introduzir o conceito de sustentabilidade e preservação desde a mais tenra educação, causando, assim, maior responsabilidade da sociedade com o meio ambiente.

Nesse diapasão, esclarecida a natureza mínima da intervenção do Direito Penal, bem como demonstrada a necessidade e utilidade da tutela penal do meio ambiente, chega o momento de adentrar à análise do princípio da insignificância, na medida em que é um tanto quanto questionável falar-se em aplicação do princípio da insignificância aos crimes ambientais após toda a reflexão feita até agora, no que concerne à importância do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Para, então, a seguinte questão: Há compatibilidade entre o bem ambiental e o referido princípio? É o que se passa a analisar no próximo capítulo.

⁸⁶ SALEME, E. R.; BARRETO SABORITA, S. E. A adoção da sustentabilidade dos grupos transnacionais, e os esforços da ocde. **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 5, p. 23-38, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Raquel%20Bonavides.000/Downloads/A_ADOCAO_DA_SUSTENTABILIDADE_D OS_GRUPOS_TRANSNACIO.pdf. Acesso 27 set. 2020.

3 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

Desde 1970, por força dos ensinamentos de Roxin⁸⁷, passou-se a entender que o delito exige, além das tradicionais categorias (conduta, antijuridicidade, culpabilidade, punibilidade), também a chamada tipicidade ofensiva. Daí, surgira o princípio do *minima non curat praetor*, pelo qual, não deve o juiz cuidar dos fatos mínimos ou inofensivos.

Nenhum fato há de ser considerado típico se, apesar de formalmente submissível a um tipo legal, não ensejou lesão significativa ao bem jurídico tutelado pelo ordenamento. Isso porque o legislador, ao redigir o tipo penal, apenas poderia ter em mente prejuízos relevantes que o comportamento incriminador possa causar à ordem jurídica e social, e não qualquer lesão. Do contrário, estaria incorrendo em ofensa à Lei Maior, que implicitamente consagra o Princípio da Insignificância, cunhado pelo já citado Claus Roxin⁸⁸.

Cabe lembrar, também, as palavras de Zaffaroni, quando menciona que um dos fundamentos do princípio “reside na ideia da proporcionalidade que a pena guarda em relação à gravidade do crime”, ‘nos casos de intima afetação do bem jurídico, o conteúdo injusto é tão pequeno que não subsiste qualquer razão para a imposição da reprimenda’ e ‘ainda a mínima pena aplicada seria desproporcional à significação social do fato’⁸⁹.

Partindo desta premissa, o princípio da insignificância define-se na percepção de César Roberto Bitencourt⁹⁰:

⁸⁷ ROXIN, C. **A proteção de bens jurídicos como função do direito penal**. Tradução de André Luis Callegari e Nereu José Giacomolli. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ IBCCRIM. A Lei nº 9.271/96 e sua aplicação prática. **Boletim IBCCrim**, n. 56, jul. 1997. Disponível em: https://www.ibccrim.org.br/boletim_sumario/76-56-Julho-1997. Acesso em 27 fev. 2020. p. 9.

⁹⁰ BITENCOURT, C. R. **Lições de direito penal** – Parte Geral. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995.

Como a irrelevância ou insignificância de determinada conduta no qual deve ser aferida não apenas em relação à importância do bem juridicamente atingido, mas especialmente em relação ao grau de sua intensidade, isto é, pela extensão da lesão produzida⁹¹.

Para Greco:

Além da necessidade de existir um modelo abstrato que preveja com perfeição a conduta praticada pelo agente, é preciso que, para que ocorra essa adequação, isto é, para que a conduta do agente se amolde com perfeição ao tipo penal, seja levada em consideração a relevância do bem que está sendo objeto de proteção⁹².

Os defensores da aplicabilidade do princípio da insignificância advertem que o Direito Penal deve se preocupar apenas com as condutas que causarem sérios prejuízos individuais e/ou coletivos, o que exclui de sua incidência o fato penalmente irrelevante.

Nas palavras de Gomes:

O fato insignificante, destarte, deve ficar reservado para outras áreas do Direito (civil, administrativo, trabalhista, etc.). Não se justifica a incidência do Direito penal (com todas as suas pesadas armas sancionatórias) sobre fato verdadeiramente insignificante⁹³.

A jurisprudência pátria majoritária se inclina à aplicabilidade desse princípio quando se trata de delitos sem grandes repercussões materiais como, por exemplo: furto simples (art.157, caput) consumado e tentado cuja res furtiva seja de valor ínfimo; dano simples (art.163, caput, do CPB) de pequena monta.

O Superior Tribunal de Justiça, por intermédio de sua 5ª Turma, tem reconhecido a tese da exclusão da tipicidade nos chamados delitos de bagatela

⁹¹ BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal**. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 61.

⁹² GRECO, R. **Direito Penal do Equilíbrio**: Uma visão minimalista do Direito Penal. 9 ed. Niterói: Impetrus, 2016. p. 105.

⁹³ GOMES, L. F. **Princípio da insignificância e outras excludentes de tipicidade**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 21.

desde o ano 2.000 (dois mil), aos quais se aplica o princípio da insignificância, dado que à lei não cabe preocupar-se com infrações de pouca monta, suscetíveis de causar o mais ínfimo dano à coletividade⁹⁴.

Ensina Francisco de Assis Toledo:

Segundo o Princípio da Insignificância, que se revela por inteiro pela sua própria denominação, o Direito Penal, por sua natureza fragmentária, só vai até onde seja necessário para a proteção do bem jurídico e não deve ocupar-se de bagatelas. Assim, no sistema penal brasileiro, por exemplo, o dano do art. 163 do C.P. não deve ser qualquer lesão à coisa alheia, mas sim aquela que possa representar prejuízo de alguma significação para o proprietário da coisa ... Notem-se que a gradação qualitativa do injusto, referida inicialmente, permite que o fato penalmente insignificante seja excluído da tipicidade penal [...]⁹⁵.

Cumprido ressaltar ainda, a respeito do assunto, a lição de Mirabete:

A excludente tipicidade (do injusto) pelo princípio da insignificância (ou da bagatela), que a doutrina e a jurisprudência vêm admitindo, não está inserta na lei brasileira, mas é aceita por analogia, ou interpretação interativa, desde que não se “contra legem”⁹⁶.

Pode-se preceituar o princípio da insignificância como aquele que é aplicado pelo intérprete da norma penal em abstrato, analisando se a conduta do agente foi lesiva ou não a um bem jurídico relevante, e se essa lesão trouxe prejuízos consideráveis à vítima.

Vê-se, assim, que o princípio da insignificância é adotado e se encontra internalizado na jurisprudência a mais de quinze anos, sendo certo que é um instituto de extrema importância quando se fala em crimes de bagatela. Não se pode negar que o reconhecimento deste princípio, de maneira adequada, é uma forma de “não banalizar” o direito penal, evitando que este se ocupe de bens jurídicos que sequer sofreram significativa lesão e, por consequência, se

⁹⁴ Nesse sentido: Resp 234.271, Rel. Min. Edson Vidigal, DJU, 8-5-2000, p.115; Resp 235.015, Rel. Min. Edson Vidigal, DJU, 8-5-2000, p.116.

⁹⁵ TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. São Paulo: Saraiva, 2015. p.187.

⁹⁶MIRABETE, J. F. **Manual do direito penal**. 15 ed. São Paulo: Atlas. 1999. p. 118.

dedique integralmente a tutelar situações que não cabem às outras esferas do direito.

Em que pese a internalização do princípio da insignificância na jurisprudência pátria, a grande questão que paira é sobre a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância nos delitos ambientais.

3.1 O princípio da insignificância nos crimes ambientais

Assim como em outras questões tuteladas pelo direito penal, a insignificância também pode atingir questões ambientais.

Apesar da aplicação do princípio da insignificância já estar consolidado na doutrina e também na jurisprudência para delitos que não consigam lesar de forma significativa o bem jurídico tutelado, existem divergências no que se refere à possibilidade de sua aplicação nos delitos contra o meio ambiente.

Diante de um princípio norteador e altamente aplicado no ordenamento jurídico e um direito fundamental, é possível a aplicação da insignificância quando se trata de um bem jurídico que tem como titular o povo?

É preciso ponderar se a aplicação do princípio da insignificância não torna ineficaz a arma estatal mais poderosa de punição contra indivíduos que lesam toda a coletividade, qual seja, o Direito Penal. De outro lado é imperioso questionar se há coerência ao utilizar o Direito Penal, inclusive em situações nas quais a lesão ou risco de lesão provocados são mínimos.

O próprio objeto tutelado pelo Direito Ambiental afasta a análise limitada e taxativa da questão. Isso importa dizer que, nos termos do artigo 225 da Constituição Federal, tutela-se o equilíbrio ambiental com vistas à sadia qualidade de vida para as presentes e futuras gerações. Ora, a quebra do

equilíbrio ecológico ambiental envolve uma cadeia de relações que não se limita a uma visão meramente antropológica⁹⁷.

Sinergia, por sua vez, pode ser definida como um fenômeno que ocorre quando a interação de duas causas provoca um efeito maior do que a soma do efeito das duas, agindo separadamente⁹⁸

Dessa forma, vê-se o grau de complexidade ao lidar com os efeitos gerados por um dano ambiental. Portanto, a lesividade impõe sanção condizente com a gravidade da transgressão, sobretudo ao se considerar que do meio ambiente depende a permanência da vida na Terra.

Como alertam Vladimir Passos de Freitas e Gilberto Passos de Freitas, em se tratando de proteção ambiental a primeira indagação que deve ser feita é se existe lesão que possa ser considerada insignificante⁹⁹.

O dano ambiental não possui definição legal, porém deve ser compreendido como toda lesão gerada por qualquer intervenção antrópica, sendo ela culposa ou não, ao meio ambiente. Por consequência disso, não resta dúvida que a proteção penal é necessária, imperiosa e, considerando a primeira fase da lei, que apenas veio a prever sanções não muito gravosas, possa se impor penas ainda mais rígidas para gerar o maior efeito preventivo possível, a fim de se evitar, a qualquer custo no futuro.

A doutrina e a jurisprudência ainda são cautelosas ao tratar do assunto considerando a questão de ser a norma penal sempre a *ultima ratio*. Contudo, dada a necessidade de se gerar proteção ambiental a qualquer custo diante da

⁹⁷ DUARTE, M. C. S.; GENTILE, L. D. Algumas observações sobre a tutela jurídica do meio ambiente a partir do estatuto ambiental constitucional e a questão da aplicação do princípio da insignificância nos crimes ambientais. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 14, n. 53, p. 165–186, jan./mar. 2009. p. 177.

⁹⁸ DICIONÁRIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS *apud* MILARÉ, E. **Direito do Ambiente**: doutrina, jurisprudência e glossário. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p.942.

⁹⁹ FREITAS, V. P.; FREITAS, G. P. **Os crimes contra o meio ambiente**. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 42.

realidade que não esconde a grande degradação e devastação ambiental revelada em termos nacionais, não há como negar sua utilidade e pronta utilização. O princípio da insignificância deve ser considerado quando o bem jurídico perde seu valor em termos da realidade social. Porém, o ambiente e seu cuidado é realidade que deve ser tratada com todo o cuidado e atenção, pois não há valor maior que o *locus* em que a vida se desenvolve.

Oportuno dizer que as relações jurídicas se diferenciam quando se trata de bens patrimoniais e bens ambientais. Conforme lições de Fiorillo:

Podemos concluir que, independente do conceito de propriedade que se queira observar, não poderíamos em hipótese alguma confundir as relações jurídicas que envolvem determinados bens vinculados às pessoas humanas em face da propriedade (relação em que se pode gozar, dispor, fruir, destruir, fazer com o bem aquilo que for da vontade de seu proprietário) com as relações que envolvem os bens ambientais (relação adstrita única e exclusivamente ao uso do bem)¹⁰⁰.

Para que se julgue a ofensividade de um determinado elemento do meio ambiente, em razão das características peculiares ao dano ambiental, deve-se considerar, também, as consequências indiretas da intervenção humana, proibida, no ecossistema. D'ávila exemplifica:

Daí que a morte de um único animal, embora seja, *in casu*, um resultado material exigido pelo tipo penal, não só não consiste, *per se*, em um dano ao bem jurídico – penal, como apenas em casos excepcionais, como na v.g. hipótese de espécies de animais em extinção, poderia ser suficiente para consubstanciar o perigo indispensável à existência do crime. Para além da constatação da referida morte, é preciso considerar o seu significado para o objeto de proteção da norma. Vale dizer, se a morte de um animal ou de determinada quantidade de animais significa, à luz do caso concreto, uma possibilidade não – insignificante de dano à respectiva espécie em um dado ecossistema, e, portanto, uma ofensa de cuidado – perigo. Somente a partir de um juízo positivo acerca desta

¹⁰⁰FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 10 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010. p. 63.

possibilidade, é que poderemos reconhecer a existência do crime em questão¹⁰¹.

Portanto, é de suma importância apontar o posicionamento antagônico quanto à aplicabilidade do Princípio da Insignificância, relativo aos crimes ambientais. Este fundamento, é o entendimento de Capelari Júnior¹⁰², que defende o seguinte:

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental, devendo ser resguardado como patrimônio comum da humanidade (equidade intergeracional). Disso decorre a impossibilidade de quantificação do dano ambiental, mormente porque, especificamente no campo da fauna, a tutela penal não considera mais a representatividade econômica do objeto material do crime, mas o fato de ter sido eliminada uma vida não humana integrante do ecossistema equilibrado¹⁰³.

Aos que defendem a ideia de inaplicabilidade do princípio da insignificância, fundamentam tratar de um direito difuso e, conseqüentemente, pertencente à coletividade, o que faz com que qualquer lesão, mesmo que aparentemente pequena, se torne significativa. Ademais, sustentam que o bem jurídico ambiental é imensurável e não há reversibilidade do dano, afetando todo o equilíbrio ambiental.

Como exemplo de oposição à aplicação do princípio da bagatela no que concerne aos crimes ambientais, justamente porque não existem meios exatos para mensurar o que é desprezível na manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, afirma Campos que:

Nesse raciocínio, ao se retirar da natureza um animal, o equilíbrio está sendo afetado; mais grave ainda, ao se levar em conta que, na maioria das vezes, crimes contra a fauna são cometidos por lazer, por vaidade e em nome do tráfico de animais [...] não basta a vasta legislação; a lei deve ser

¹⁰¹D'AVILA, F. R. O ilícito penal nos crimes ambientais. Algumas reflexões sobre a ofensa a bens jurídicos e os crimes de perigo abstrato no âmbito do direito penal ambiental. **Revista do Ministério Público (Rio Grande do Sul)**, n. 75, v. especial, 2014. p. 29-30.

¹⁰²CAPELARI JÚNIOR, O. Meio ambiente, descabimento de aplicação do princípio da insignificância. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 56, p. 383-393, set./out. 2005.

¹⁰³ Idem. p. 383.

aplicada e, nesse caso, a aplicação do Direito Penal Mínimo não se mostra eficaz, mormente diante do grande número de reincidência, uma vez que as penas alternativas mostram-se insuficientes para coibir tais delitos¹⁰⁴.

Além da não aplicação do princípio da insignificância, há quem diga que o meio ambiente ainda não é tratado como direito fundamental, embora previsto como tal pela Constituição Federal, tendo em vista que a fauna e a flora não estão sendo conservados e protegidos como bens indispensáveis à manutenção do equilíbrio ambiental e do ecossistema. Nas palavras de Cruz:

Mister é que o bem ambiente seja eticamente incorporado. Queremos com isto dizer que já é tempo de erigirmos o ambiente em valor ético fundamental da humanidade [...]. No dia em que isso realmente acontecer, estamos convencidos de que deixaremos de ouvir as vozes que ainda hoje reclamam contra o Direito Penal do ambiente, asseverando que a existência daquilo que designam por Direito Penal secundário ou Direito administrativo de contraordenação é suficiente para punir as infrações (em vez de crimes) ambientais¹⁰⁵.

Percebe-se, assim, o grau de complexidade dos efeitos gerados por um dano ambiental. Isto porque, o dano causado ao meio ambiente não enseja apenas consequências diretas e imediatamente perceptíveis, havendo uma série de consequências reflexas e mediatas que apenas serão aferidas quando da análise do ecossistema local e de suas interações. Nesse sentido, convém colacionar o entendimento de Leal Júnior, citado por Duarte e Gentile:

A questão da relevância ou da insignificância das condutas lesivas ao meio ambiente não deve considerar apenas questões jurídicas ou a dimensão econômica da conduta, mas levar em conta esse equilíbrio ecológico que faz possíveis as condições da vida nesse Planeta. [...] O que é importante e o que é significativo não diz respeito apenas ao ser humano, mas deve considerar essa cadeia de relações, algumas das quais

¹⁰⁴ CAMPOS, L. Aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a fauna. **Direito & Justiça**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 159-165, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/17326/11145>. Acesso em 15 dez. 2019.

¹⁰⁵ CRUZ, B. M. Importância da Constitucionalização do Direito ao Ambiente. *In*: BONAVIDES, P.; MORAES, G.; ROSAS, R. **Estudos de Direito Constitucional em Homenagem a Cesar Asfor**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. p. 18.

para nós ainda desconhecidas ou aparentemente insignificantes¹⁰⁶.

Capelari Júnior também sustenta a impossibilidade de aplicação do princípio da insignificância aos crimes ambientais especialmente em razão da impossibilidade de quantificação do dano ambiental. Segundo ele, especificamente no campo da fauna, a tutela penal ambiental não mais considera a representatividade econômica do bem jurídico para o homem – antropocentrismo clássico- mas sim a questão da eliminação de uma vida não humana integrante de ecossistema equilibrado¹⁰⁷.

Nesta mesma ótica, Romão também se expressou no sentido contrário à aplicabilidade do princípio da insignificância em teor ambiental, desta forma, leciona:

Os institutos despenalizadores da Lei 9.605/98, e considerando o ressurgimento da análise da significância da lesão, em sede de gradação da pena (art. 6º, inc. I, primeira parte, Lei 9.605/98), o equilíbrio entre jus puniendi e jus libertatis é restabelecido, inexistindo, portanto, laivos de direito penal máximo na exclusão de destipificação pelo princípio da insignificância¹⁰⁸.

Há quem sustente que a aplicação do princípio da insignificância configuraria uma negativa de aplicação de leis válidas, contrariando a política criminal estabelecida pelo legislador¹⁰⁹.

¹⁰⁶ DUARTE, M. C. S.; GENTILE, L. D. Algumas observações sobre a tutela jurídica do meio ambiente a partir do estatuto ambiental constitucional e a questão da aplicação do princípio da insignificância nos crimes ambientais. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 14, n. 53, p. 165–186, jan./mar. 2009. p. 178.

¹⁰⁷ CAPELARI JÚNIOR, O. Meio ambiente, descabimento de aplicação do princípio da insignificância. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 56, p. 383-393, set./out. 2005. p. 390.

¹⁰⁸ ROMÃO, D. B. *apud* SILVA, M. B. O princípio da insignificância em matéria ambiental. *In*: BALTAZAR JÚNIOR, J. P. (org.). **Estudos em homenagem ao Desembargador Vladimir Passos de Freitas**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010. p. 76.

¹⁰⁹ CALHAU, L. B. Lesividade e Direito Penal Ambiental: da não-aplicabilidade do princípio da insignificância na tutela penal ambiental. *In*: BENJAMIN, A. H. (org.). **Congresso Internacional de Direito Ambiental: Direito, água e vida**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003. p. 293.

Já aos que firmam seu entendimento na aplicação do princípio, o fazem pelo caráter *ultima ratio* do Direito Penal e no conceito de que a tipicidade exige ofensa de gravidade aos bens jurídicos protegidos. Sendo assim, quando a intervenção humana no ambiente for irrelevante, deverá ser excluída do âmbito criminal, considerando que não danifica o bem jurídico tutelado pela norma.

Sustenta-se que o Direito Ambiental não pode ser visto como uma disciplina independente. É dotado de autonomia, mas, em razão de sua cada vez maior multidisciplinariedade (considerando a utilização de institutos de outros ramos jurídicos para “penalizar”, por exemplo), deve incorporar uma série de conhecimentos dessas disciplinas jurídicas, a exemplo do Direito Penal¹¹⁰.

Ao contrário, em entendimento talvez aplicável a países com maior consciência do dano ambiental, é certo que o meio ambiente demanda proteção em nossa sociedade. Porém, a tutela penal deve sempre seguir o critério orientador da intervenção mínima, atuando quando for efetivamente necessário, sob pena de um direito penal meramente figurativo¹¹¹

O professor Freitas entende da seguinte forma:

O reconhecimento do princípio da insignificância deverá ser reservado para hipóteses excepcionais, principalmente pelo fato de que as penas previstas na Lei 9.605/98 são, na sua maioria, leves e admitem transação ou suspensão condicional do processo (Lei 9.099/95, arts. 76 e 89). Em outras palavras, no caso de menor relevância a própria lei dá solução, ou seja, composição entre o Ministério Público e o infrator, sendo esta a opção mais acertada¹¹².

Silva defende convictamente a demonstração do princípio da insignificância nos crimes ambientais, Veja-se:

¹¹⁰ BALTAZAR JÚNIOR, J. P.; SILVA, F. Q. (org.) **Crimes Ambientais**: estudos em homenagem ao Des. Vladimir Passos de Freitas. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010. p.64.

¹¹¹ Idem. p. 69.

¹¹² FREITAS, V. P.; FREITAS, G. P. **Crimes contra a natureza**. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p. 44.

Numa primeira avaliação afere-se o grau de lesividade da conduta considerando-se lhe de per se (quantidade de exemplares abatidos, possibilidades de extinção da espécie etc.); numa segunda avaliação analisa-se a conduta em relação ao meio ambiente como um todo (importância e função da espécie, a afetação do equilíbrio ecológico etc.). A conclusão de insignificância da conduta será obtida quando a avaliação desses índices indicar que a lesão não é capaz de pôr em perigo o bem ambiental tutelado¹¹³.

No que concerne aos argumentos supra, de Ivan Luiz da Silva, importa frisar que a conduta deve ser analisada de forma cuidadosa, a fim de ser constatada como penalmente irrelevante. Tal premissa ficou conhecida como “critério de insignificância concreta”, que na opinião de Ivan é de extrema notoriedade a observância do que ele chamou de índices de desvalor da ação e desvalor do resultado. Tais avaliações, com o propósito de inferir o grau de lesividade do ato em face do bem jurídico protegido pelo direito penal. Segundo ele, deverá primeiramente analisar o bem jurídico em si, de forma a verificá-lo no modo individualizado e, alcançando tais resultados, evolui-se para averiguação do que acarretou do meio ambiente para a coletividade e quais as suas consequências. Se os efeitos forem comprovadamente reduzidos, nestes dois momentos, declara-se insignificante o injusto penal efetuado contra o meio ambiente.

Ainda defendendo a aplicação do princípio em questão, em relação aos crimes ambientais, Vasconcelos e Nascimento:

Percebe-se então, que o princípio da insignificância é um método que auxilia a justiça a interpretar com coerência a tipicidade ou não do fato. Consequentemente, tornando a pena proporcional; e, integrando os fundamentos do Estado Democrático de Direito, resguardando a dignidade da pessoa humana em proporção da sanção aplicada. Concentrando seus esforços na repressão das condutas realmente danosas para a sociedade, não “perdendo” tempo embrenhando em causas

¹¹³ SILVA, I. L. **Princípio da Insignificância e os Crimes Ambientais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 91.

que ao final, lesaram foi o Direito Penal, pois é dele que a sociedade vai “cobrar”¹¹⁴.

O princípio da insignificância nas questões ambientais, se aplicado, deverá contar com máxima cautela, pois, se, por um lado, o direito penal possui como pilar o princípio da intervenção mínima, cujo escopo é liminar o poder punitivo estatal; por outro, se está diante de um bem coletivo, transindividual, cuja cautela deve ser feita da forma mais pontual possível, não apenas objetivando a punição da conduta, mas, também, servindo de desestímulo aos novos comportamentos potencialmente lesivos ao meio ambiente. Neste aspecto, residiria o efeito repressivo da lei, fundamental em termos ambientais.

Pontua Marcão, o seguinte:

É bem verdade que o preceito da insignificância, em matéria ambiental, deve ser aplicado com parcimônia, uma vez que a mera retirada de espécie do seu ambiente natural já causa interferência no tênue equilíbrio ecológico, mas não há dúvida de que o elevado grau de maturidade e responsabilidade dos magistrados que integram as fileiras do Poder Judiciário Brasileiro assegura, sem sombra de dúvida, o cuidado que se espera no manejo do instituto jurídico, que nada tem de “liberal”, ao contrário do que muitos sustentam com razoável equívoco e até com um certo insinuar pejorativo¹¹⁵.

Convém colocar, ainda, o entendimento de Costa Neto a respeito da aplicação, desde que com cautela, do princípio em comento. Veja-se:

Em verdade, a aplicação do princípio da insignificância no tocante aos crimes ambientais impõe o máximo de cautela e prudência, a fim de não inviabilizar na prática a proteção penal do meio ambiente. Pretende-se, apenas, coerentemente com os atuais postulados que informam o direito punitivo, reservar para o campo da repressão penal as condutas que

¹¹⁴ VASCONCELOS, D. S.; NASCIMENTO, H. S. Princípio da Insignificância. **Direito Contemporâneo**: Revista técnico-científica do Instituto de Ciências Jurídicas da FASAM, FASAM, Goiânia, ano 1, n. 01, p. 125-134, 2012. p. 137.

¹¹⁵ MARCÃO, R. **A incidência do princípio da insignificância**. 2009. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2009-nov-30/crimes-ambientais-incidencia-principio-insignificancia?pagina=2>. Acesso em: 5 dez. 2019.

efetivamente impliquem ofensa a valores fundamentais do meio social¹¹⁶.

Não obstante, a aplicação do princípio da insignificância seja aceita por muitos, alguns outros, conforme visto anteriormente, opõem objeções à sua aplicação, alegando que o mesmo colidiria com a segurança jurídica na medida em que **não há critério preciso para a determinação da conduta penalmente irrelevante** (grifo nosso). Assim, Lopes assegura que é mister apresentar-se critério objetivo de reconhecimento da conduta penalmente insignificante visando afastar o empirismo da conceituação “meramente individual e pessoal de cada autor ou pretor que faça do seu senso de justiça um conceito particular de bagatela”¹¹⁷.

Apenas à título comparativo, insta comentar que na Alemanha, no que concerne às infrações penais ambientais, foi criada a doutrina dos delitos de acumulação ou de danos cumulativos (*Kumulationdelikte*), a qual será tratada no próximo título, proposta por Lothar Kuhlen, em 1986, a partir do parágrafo 324 do *Strafgesetzbuch - StGB* (crime de poluição das águas do código penal alemão). Trata-se da criminalização de condutas isoladamente inócuas, mas que, em repetição por um grande número de indivíduos, poderia resultar em significativos danos ambientais. Constitui modalidade semelhante aos crimes de perigo abstrato ou ofensividade de cuidado-perigo. Vê-se que a ideia é interessante, pois se trata do caráter preventivo da tutela ambiental, porém gera discussões quando analisada a teoria do crime, notadamente no tocante à intervenção mínima, à ofensividade e à culpabilidade.

Apesar da criação da teoria dos delitos de acumulação, a qual será analisada a seguir, a doutrina alemã também traz alguns defensores da aplicação do princípio da insignificância. Tiedemann aponta o princípio da

¹¹⁶COSTA NETO, N. D. C. Tipicidade penal em matéria ambiental. **Revista da Fundação Escolar Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios**, Brasília, v. 7, n. 14, p. 165-181, jul/dez. 1999.

¹¹⁷LOPES, M. A. R. **Princípio da insignificância no direito penal: análise à luz da Lei 9.099/95**: Juizados Especiais Criminais. São Paulo: Ed. RT, 1997. p. 49.

insignificância aos crimes ambientais ao comentar o art. 324, do Código Penal alemão:

Muito mais segura é a base interpretativa da nova legislação penal alemã sobre o meio ambiente no que se refere a excluir a punibilidade por condutas de bagatela. [...] Posto que o artigo mencionado equipara a contaminação das águas e a alteração prejudicial de suas qualidades próprias, devem considerar-se atípicas tanto as turbulências insignificantes – por exemplo, de areia ou barro – como a forte contaminação de só uma parte mínima das águas¹¹⁸.

Explicitados os pontos de vista contrários, é preciso ter em mente que: é inegável admitir que as agressões sofridas por parte do meio ambiente, por mais que sejam diminutas, são intensamente alarmantes. Pois, visualizando este avanço desenfreado de degradação ambiental e, ao mesmo tempo, de crescimento populacional, apenas pode ocasionar uma única consequência, qual seja: torna nítida a dificuldade de controlar estes índices desproporcionais e aumentar cada vez mais a deterioração do espaço natural. Deve-se, por este e outros motivos relevantes, buscar um maior rigor na aplicação da lei penal nas normas tipificadas em termos de desrespeito à preservação ambiental.

Sem dúvidas, é preciso prudência na aplicação do princípio da insignificância nos crimes ambientais, pois ao decidir sobre a aplicação, ou não, deste instituto, o órgão julgador deve considerar que a insignificância não pode ser vista apenas a partir de sua interpretação subjetiva, mas deve estar demonstrada acima de qualquer dúvida por prova técnica e conclusiva.

Tal fato demonstra a necessidade de tratar determinados crimes como “delitos de acumulação”, pois se esse não for o entendimento, tais delitos serão tidos como insignificantes, já que analisados individualmente refletem danos desprezíveis.

¹¹⁸ TIEDEMANN, K. *Poder económico y delito*. Barcelona: Ariel, 1985. p. 144-145.

3.2 Teoria dos delitos de acumulação

Como se sabe, a sociedade pós-moderna é dotada de problemas que transcendem a esfera da ciência penal clássica. Nesta quadra evolutiva, os então denominados “delitos de acumulação” apresentam significativa relevância em uma nova leitura das ciências penais à luz da economia pós-moderna.

A teoria dos delitos de acumulação é inicialmente sugerida por Lothar Kuhlen como forma de fornecer uma hipótese de intervenção penal nos casos de pequenas infrações ao meio ambiente que, individualmente, são insignificantes, vez que não representam lesividade suficiente a autorizar a punição do autor, mas que, somadas, representam um dano considerável às condições de preservação ambiental.

Tudo isso porque o direito penal passou por grandes transformações, principalmente na década de 1990. Com o mundo cada vez mais globalizado e integrado, revelou-se grande conflito relativo à distribuição dos novos riscos do desenvolvimento industrial. Desde o surgimento da sociedade de riscos, decorrente do êxito da modernidade, todos passaram a perceber os riscos globais do desenvolvimento técnico científico.

O direito penal não ficaria impassível a tais mudanças, haja vista que os demais ramos do direito, muitas vezes, não satisfazem a real necessidade relativa ao problema.

A teoria desenvolvida por Kuhlen derivou de um caso concreto, no qual pequenas propriedades suinocultoras ao longo de um rio lançavam dejetos em quantidades um pouco acima do permitido pelas regras administrativas. Constatou-se, contudo, que apesar da pouca representatividade dos poluentes lançados ao rio por cada uma das propriedades (insuficiente, portanto, para a caracterização do tipo penal de poluição das águas), a soma dos poluentes despejados por todas as propriedades representava uma deterioração grave na

qualidade da água¹¹⁹. Diante desse problema, Kuhlen sugere a punição destas condutas, individualmente, com o fito de preservar o meio ambiente, enquanto bem jurídico coletivo, a ser desfrutado por toda a sociedade.

Embora se tenha que considerar o princípio da fragmentariedade do direito penal – segundo o qual a tutela penal deve incidir apenas quando se tratar de ofensas graves aos bens jurídicos relevantes e protegidos –, tem surgido a necessidade de, muitas vezes, tipificar condutas que outrora não eram consideradas crimes e para as quais não eram previstas sanções penais. Vale ressaltar que não apenas novos tipos penais foram criados, assim como têm sido tipificadas condutas que apenas são criminalmente punidas se reiteradas, ou seja, uma vez tais comportamentos sejam analisados individualmente, não serão considerados delitos.

Sobre o conceito de acumulação, Dias diz o seguinte: “dogmático, normativo, que serve para a interpretação de certos tipos penais em circunstâncias específicas, que se pretende incorporar como norma da parte geral do direito penal”¹²⁰.

Segundo Roxin, “os bens jurídicos da sociedade de riscos não podem mais ficar adstritos a situações individuais”¹²¹.

Para complementar, Sánchez afirma que “o direito penal assume o papel de gestor ordinário de problemas estatais”¹²².

¹¹⁹DER HANDLUNGSERFOLG DER STRAFBAREN GEWÄSSERUNREINIGUNG (§ 324 StGB). **Gotsdamer Archiv**, n. 133, p. 389-408, 1985.

¹²⁰DIAS, A. S. *What if everybody did it?* Sobre a (in)capacidade de ressonância do Direito Penal à figura da acumulação. **Revista Portuguesa de Ciências Criminais**, Coimbra, n. 3, v. 13, p. 305-306, jul./set. 2003.

¹²¹ROXIN, C. **A proteção de bens jurídicos como função do direito penal**. Tradução de André Luis Callegari e Nereu José Giacomolli. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. p. 19.

¹²²SÁNCHEZ, J. M. S. **A expansão do direito penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais**. Tradução de Luiz Otavio de Oliveira Rocha. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 156.

Proveniente da dogmática jurídico-penal alemã, essa peculiar espécie delitiva possui forte relação com a noção de bens jurídicos supraindividuais ou transindividuais, típicos da atual sociedade. Sendo assim, os delitos de acumulação pretendem antecipar a lesividade de determinadas condutas com o fito de impedir que verdadeiros desastres ocorram, haja vista que o bem jurídico deixa de ser demonstrado de forma individualizada, passando, assim, a ser considerada toda uma coletividade.

Diante de um bem jurídico fundamental, direito titularizado por todas as pessoas, mensurar o limite para o que seriam condutas irrelevantes ou significativas é tarefa árdua. Nesse sentido, Cintra expõe:

A dificuldade na aplicação do princípio da insignificância, entretanto, reside exatamente no fato de ser a lesão gerada apenas pela reiteração da conduta, e não por sua prática isolada. Aliás, este tema costuma ser o fundamento das decisões de parte da jurisprudência ao afastar o princípio da insignificância em relação aos delitos ambientais, pois a conduta que isoladamente pareceria insignificante seria capaz de gerar um grande dano ambiental se fosse reiterada. Todavia, para que haja adequação típica (formal) de acordo com o entendimento que defendemos, a previsão de reiteração de condutas não pode ser abstrata, eis que a conduta típica deve ser uma prática reiterada, mesmo que não esteja ainda produzindo o resultado lesivo ao bem jurídico difuso, mas desde que haja um risco efetivo de dano¹²³.

Para Silveira, “pune-se uma conduta que, considerada sob o aspecto individual, não apresenta poder lesivo ao bem jurídico tutelado pela norma, mas que, no aspecto coletivo, poderá impingir-lhe um severo ataque”¹²⁴.

Assim, os delitos de acumulação vislumbram condutas que devem coexistir, pois sozinhas seriam penalmente insignificantes e não teriam proibição sancionatória.

¹²³ CINTRA, A. A. **Aplicabilidade do princípio da insignificância aos crimes que tutelam bens jurídicos difusos**. 2011. Tese (Faculdade de Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 110-111.

¹²⁴ SILVEIRA, R. M. J. **Direito penal econômico como direito penal de perigo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p. 147.

Logo, torna-se importante a problematização dessa forma de criminalidade, mormente acerca da própria aplicação do direito penal para tais condutas que, isoladamente consideradas poderiam ser objeto de imputação do direito administrativo ou civil, porém, realizadas de maneira conjunta, por diversas pessoas diferentes, se tornam extremamente danosas ao bem jurídico que se pretende tutelar.

Avançando, pode-se trazer essa problemática aos delitos ambientais, por ser modalidade do direito pátrio que guarda maior relação com a teoria dos delitos de acumulação.

Diante dos novos riscos trazidos pela industrialização crescente, especialmente do risco de dano ao meio ambiente, é necessária uma resposta penal do Estado. As agressões ao meio ambiente, de maneira reiterada e praticadas por uma multiplicidade de pessoas, passam a ser analisadas como ofensas a um bem jurídico coletivo e, assim, são aptas à configuração do tipo penal.

A ideia de acumulação surge como ferramenta de proteção da coletividade, trazendo à baila a necessidade de imposição de penas aos delitos que são de pouca lesividade, mas repetidos por um grande número de pessoas, pois a maioria dos danos não se dá por uma contribuição “excepcional”, mas sim pelas poucas contribuições de diversos agentes.

A pergunta que move a tipificação das condutas lesivas por acumulação é a seguinte: a repetição da conduta lesiva ao meio ambiente, por diversas pessoas, seria suficiente para causar um forte dano ao bem jurídico tutelado? Se a resposta for sim, então se está diante de um caso onde a teoria do delito de acumulação deverá ser aplicada.

O principal motivo para criminalizar delitos por acumulação seria a relevância e necessidade de proteção de determinados bens coletivos, considerando-se especialmente que não é o agente individual que tem o potencial destrutivo do bem jurídico, mas sim o “ator coletivo”, inclusive a própria sociedade. A partir de um agir coletivo, ações inicialmente

insignificantes tornam-se significantes. A consequência deste processo é o desenvolvimento de uma espécie de responsabilidade coletiva, segundo a qual as condutas proibidas perante os grandes riscos globais deverão ser reduzidas às ações mínimas, tendo em vista que os prejuízos aos bens coletivos derivam justamente desta soma de pequenas lesões individuais¹²⁵.

Existem alguns exemplos concretos para que se possa entender melhor esse instituto. Veja-se: o ato de pescar em período proibido é crime, ainda que se trate de um único peixe, o que, por si só, seria considerado insignificante. Porém, e se todos resolverem fazer isso? Outro exemplo básico é se uma pessoa jurídica despejar poucos resíduos tóxicos em um rio, ainda que a conduta seja culposa e cause danos ínfimos, o Estado responderá com a aplicação de uma pena como uma forma de prevenção e desestímulo à tal prática pelas demais sociedades¹²⁶. A acumulação se torna um fundamento para legitimar a resposta estatal a condutas perigosas contra bens jurídicos relevantes. Denomina-se técnica de tipificação baseada no somatório de várias micro lesões.

Milaré adverte que os efeitos cumulativos são impactos nos ambientes social e natural que (i) ocorrem tão frequentemente no tempo ou tão densamente no espaço que não podem ser assimilados, ou (ii) combinam-se com os efeitos de outras atividades de modo sinérgico. Ainda, citando Luiz Roberto Tommasi, relata que existem hoje crescentes informações de que efeitos cumulativos, associados com outras atividades, podem produzir modificações irreversíveis em um determinado sistema¹²⁷.

O grande problema enfrentado pela teoria dos delitos de acumulação é acerca da lesividade. A grande indagação é se há, de fato, lesividade a ponto

¹²⁵ JONAS, H. ***El principio de responsabilidad*** – Ensayo de una ética para la civilización tecnológica. Barcelona: Herder, 2004. p. 37.

¹²⁶ Nesse sentido, o art. 54, *caput*, §§ 1º e 2º da Lei 9.605/98 (Lei Brasileira de Repressão a Crimes Ambientais)

¹²⁷MILARÉ, E. **Direito do Ambiente**: doutrina, jurisprudência e glossário. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 942.

de permitir a tutela penal estatal em determinados casos. Isto porque, somente é passível de criminalização a ação que coloque em xeque o bem jurídico tutelado, não sendo permitindo que o legislador criminalize aquilo que não ofereça risco algum.

Ao considerar a lesividade de algo que individualmente não é lesivo, o direito penal atua como promotor da noção de responsabilidade coletiva. A criminalização por meio da teoria da acumulação não é algo sentencioso, porém não se pode deixar de lado a necessidade real de atuação do direito penal como mecanismo de prevenção de ações lesivas à coletividade. Nesse sentido, D'ávila dispõe que:

Se levarmos em conta o viés puramente dogmático, a construção dos delitos de acumulação levará, invariavelmente, a ausência de ofensividade das condutas, pois, nesses casos, a lesividade advirá apenas da compreensão de um contexto que transcende os limites da própria conduta típica e o bem jurídico. Necessária seria a consideração de uma hipótese de repetição que poderá sequer existir¹²⁸.

Os delitos de acumulação estão inseridos em novo contexto paradigmático do direito penal, em ascensão desde o século atual, qual seja XXI, com a evolução civilizacional nas sociedades organizadas, o que trouxe a necessidade de penalizar condutas que violem sistematicamente bens jurídicos e que afetam número indeterminado de pessoas. Dias dispõe três características fundamentais a serem observadas para que se chegue ao conceito jurídico-penal de acumulação. A primeira delas é que se trata de um conceito dogmático que deve ser utilizado para a interpretação de alguns tipos penais, aproximando-se da adequação social, e não numa espécie própria de tipos incriminadores¹²⁹. A segunda é que se referem, exclusivamente, aos bens jurídicos coletivos, que podem ser traduzidos por aqueles que, de maneira conceitual, fática ou jurídica, é impossível dividi-lo em partes e atribuir essas

¹²⁸ D'AVILA, F. R. O ilícito penal nos crimes ambientais. Algumas reflexões sobre a ofensa a bens jurídicos e os crimes de perigo abstrato no âmbito do direito penal ambiental. **Revista do Ministério Público (Rio Grande do Sul)**, n. 75, v. especial, 2014. p. 24-25.

¹²⁹ DIAS, A. S. *What if everybody did it?* Sobre a (in)capacidade de ressonância do Direito Penal à figura da acumulação. **Revista Portuguesa de Ciências Criminais**, Coimbra, n. 3, v. 13, p. 305-306, jul./set. 2003.

partes aos indivíduos¹³⁰. Por fim, Dias aponta que a relevância jurídico-penal da acumulação, deve, segundo seus defensores, estar condicionada a duas situações determinantes:

O efeito cumulativo tem de ser sujeito pelo legislador a uma prognose realista, significando isto que o legislador tem de avaliar, baseando-se em dados das ciências empíricas, usando portanto de uma discricionariedade vinculada a conhecimentos científicos disponíveis, se é razoável esperar (se é provável) que sem a proibição reforçada com pena, certas ações serão praticadas realmente em tão grande número que ocorrerá uma lesão grave e global do bem jurídico... Por outro lado, os contributos individuais não estão subtraídos à alçada delimitadora do princípio da insignificância, carecendo de significado jurídico-penal todos aqueles que forem qualificados como simples bagatelas¹³¹.

Ao tratar do assunto, o legislador deve realizar uma análise da conduta para verificar se a contribuição individual é em si ofensiva ou não. Verificando a ofensividade, passa-se à verificação do momento em que a acumulação ultrapassa a fronteira do risco e se torna um prejuízo notório. Sempre é importante ter em mente que o ato de proibir determinada conduta deve pautar-se no benefício que essa proibição trará para toda a sociedade. Oliveira afirma que:

O processo de tipificação a ser seguido pelo legislador deveria ainda seguir uma sequência de verificação empírica e valorativa, a fim de confirmar a oportunidade e necessidade da criminalização. Desse modo, o primeiro passo deverá ser uma análise técnica sobre quais são as condutas que, somadas, ultrapassam o limiar do risco de dano global (como, por exemplo, a poluição atmosférica causada pela emissão de gases tóxicos em quantidades pouco acima do limite permitido, por parte de um grande número de indústrias). Em seguida, deverá verificar se as contribuições individuais são distintas em quantidade e valor social, se são em si inofensivas, ou se já são abarcadas pelo tipo penal tradicional. Após, deverá analisar quando a acumulação das contribuições individuais ultrapassa a fronteira do dano e causa um prejuízo público e,

¹³⁰ ALEXY, R.; RECHT, V. *apud* DIAS, A. S. *What if everybody did it?* Sobre a (in)capacidade de ressonância do Direito Penal à figura da acumulação. **Revista Portuguesa de Ciências Criminais**, Coimbra, n. 3, v. 13, p. 305-306, jul./set. 2003.

¹³¹ DIAS, A. S. *What if everybody did it?* Sobre a (in)capacidade de ressonância do Direito Penal à figura da acumulação. **Revista Portuguesa de Ciências Criminais**, Coimbra, n. 3, v. 13, p. 305-306, jul./set. 2003.

por fim, observar a existência de um equilíbrio entre o benefício social da conduta e sua proibição¹³².

É imprescindível que se faça uma diferenciação entre os delitos vagos e os delitos de acumulação para que não se confundam. Os crimes vagos são aqueles em que o bem jurídico resguardado é indeterminado. Já os delitos de acumulação são aqueles em que o bem jurídico é determinado, como exemplo o meio ambiente, porém trata-se de um bem transindividual.

Em que pese a teoria dos delitos de acumulação, a prática é bem complicada. Há grande dificuldade na persecução penal dos delitos em pauta, principalmente na fase instrutória do processo. Isto se dá, pois a cadeia de custódia das provas que delimitam a materialidade e autoria dos referidos delitos merece especial e criteriosa atenção por parte dos órgãos de persecução penal com o fim de não gerar nulidades processuais. A higidez da cadeia de custódia da prova é de extrema importância dado o tênue limite entre a aplicação do direito penal e do direito administrativo.

Os delitos de acumulação são uma categoria válida e eficaz, porém ainda com grande dificuldade de aplicação no ordenamento jurídico brasileiro dadas as complexidades do instituto em questão. O que não se pode discutir é a necessidade de proteção de bens jurídicos transindividuais penalmente tuteláveis, não havendo que se falar em vulnerabilidade aos princípios da legalidade e intervenção mínima.

Além dos bens jurídicos ambientais e dos ligados à proteção do sistema econômico, todos os bens inseridos no contexto dos direitos humanos de terceira dimensão, ou seja, os bens relacionados à coletividade, podem ser considerados como penalmente tuteláveis sob a ótica da categoria dos delitos de acumulação.

Destarte, chega-se ao momento de analisar o entendimento jurisprudencial acerca de todo o debatido na presente pesquisa.

¹³² OLIVEIRA, A. C. C. A tutela (não) penal dos delitos por acumulação. **Revista Liberalidades**. IBCCRIM, n. 14, set./dez. 2013. Disponível em: http://www.revistaliberdades.org.br/_upload/pdf/18/artigo2.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

4 ANÁLISE JURISPRUDENCIAL ACERCA DA INCIDÊNCIA DA INSIGNIFICÂNCIA EM DELITOS AMBIENTAIS

A possibilidade de aplicação do Princípio da Insignificância em âmbito de Direito ambiental, ainda é objeto de discussão. Os alicerces destas controvérsias estão justamente na grande pertinência deste bem jurídico tutelado. Segundo exposto anteriormente, a extensão do tipo penal ambiental configura-se como abrangente. Considerando-se, por sua vez, condutas que podem, caso analisadas, serem declarados insignificantes.

Este tema comporta divergência na jurisprudência brasileira. Não há entendimento pacífico, de modo que em alguns julgados verifica-se a aplicação do referido princípio, enquanto outros o rechaçam.

Para a análise de jurisprudências que versam sobre a aplicação do princípio da insignificância ambiental é importante salientar que não abrange somente as premissas explicitadas na lei penal. Isto porque, se faz necessária uma interpretação judicial pautada em um conhecimento exegético construído a partir da situação fática, considerando-se especialmente o bem jurídico tutelado, o grau de reprovabilidade do comportamento, a periculosidade social da ação e a dimensão da lesão jurídica provocada.

Por isso, as decisões judiciais não possuem um método de aferição objetivo no que diz respeito à aplicabilidade do princípio da insignificância em matéria penal ambiental, pautando-se, portanto, apenas na atenção das especificidades do caso concreto. Nesse âmbito, Freitas discorre sobre temática em matéria ambiental:

Por exemplo, a morte de uma arara azul não pode ser considerada irrelevante, pois se trata de espécie em extinção. Assim, o magistrado, para rejeitar uma denúncia ou absolver o acusado, deverá explicitar porque a infração não tem importância. E mais, não se pode esquecer que o artigo 37 da Lei 9605/98 afirma não ser crime a morte de animal para saciar a fome, para proteger lavouras, pomares e rebanhos, ou por ser nocivo o animal, exigindo estas últimas modalidades autorização em órgão ambiental competente. [...] Tratando especificamente de proteção ambiental, a primeira indagação que deve ser feita é se existe lesão que possa ser considerada

insignificante. A resposta a tal pergunta deve ser positiva, mas com cautela. Não basta que a pouca valia esteja no juízo subjetivo do juiz. É preciso que fique demonstrada no caso concreto. É dizer, o magistrado, para rejeitar uma denúncia ou absolver o acusado, deverá explicitar no caso concreto, porque a infração não tem significado. Por exemplo, em crime contra a fauna não basta dizer que é insignificante o abate de um animal. Precisa deixar claro, entre outras coisas, que este mesmo abate não teve influência no ecossistema local, na cadeia alimentar, analisar a quantidade de espécimes na região e investigar se está relacionado entre os que se acham ameaçados de extinção¹³³.

A jurisprudência traz algumas interpretações contrárias à aplicação do princípio em análise no direito penal ambiental. Há entendimento de que quando houver o reconhecimento de crime perpetrado em face do meio ambiente, independentemente da quantidade da lesão ou do prejuízo ocorrido, resta configurado dano jurídico relevante pelo descumprimento da norma penal ambiental em razão da proteção constitucional reconhecida ao referido bem. Veja-se:

EMENTA: CRIME AMBIENTAL. ARTIGO 46 § ÚNICO DA LEI 9.605/1998. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA PELO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. ADEQUAÇÃO TÍPICA E JUSTA CAUSA PARA A PERSECUÇÃO CRIMINAL. RECURSO PROVIDO. O princípio da insignificância não encontra fácil aplicabilidade em matéria ambiental, haja vista que se trata de um bem jurídico difuso, e o dano, cuja relevância não pode ser mensurada, lesiona o ecossistema, atingindo toda uma coletividade¹³⁴.

Os Tribunais Regionais Federais, de forma majoritária, entendem pela inviabilidade da aplicação do princípio da insignificância em matéria ambiental. As decisões são proferidas com escopo de que a aplicação do princípio em questão, em relação aos crimes ambientais, cuja destruição atinge um bem de alta relevância protegido constitucionalmente, significaria uma equiparação aos

¹³³FREITAS, V.; FREITAS, G. **Crimes contra a natureza**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

¹³⁴BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais (2ª Câmara Criminal). **Recurso em Sentido Estrito 1.0342.12.009502-7/001**. Relatora: Catta Preta, Belo Horizonte, MG, 27 de fevereiro de 2014. Disponível em: http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_resultado2.jsp?listaProcessos=10342120095027001. Acesso em: 26 set. 2019.

crimes patrimoniais, cujo bem lesionado tem a possibilidade de ser recuperado.

Nesse sentido:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME AMBIENTAL. PESCA ILEGAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. 1. [...] os precedentes, em regra, não aconselham a incidência do princípio da insignificância em relação aos crimes ambientais. 2. Denegação da ordem de habeas corpus¹³⁵.

PROCESSUAL PENAL. PENAL. EXTRAÇÃO DE RECURSO MINERAL (OURO). CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA (ART. 2º DA LEI 8.176/1991) E CRIMES AMBIENTAIS (ARTS. 55 E 56 DA LEI 9.605/1998). POSSIBILIDADE DE CONCURSO FORMAL. ARTS. 55 E 56 DA LEI 9.605/1998. CONSUNÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. ERRO DE PROIBIÇÃO INVENCÍVEL. NÃO OCORRÊNCIA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. DOSIMETRIA. CONCURSO FORMAL. REFORMA. I -O crime do art. 2º da Lei 8.176/1991 tutela a ordem econômica e o do art. 55 da Lei 9.605/1998 objetiva proteger o meio ambiente, sendo possível, no caso em tela, a ocorrência de concurso formal, uma vez que a extração irregular de minerais (ouro) atinge mais de um bem jurídico tutelado. [...] III -A jurisprudência majoritária entende que nos casos de crimes ambientais não se aplica o princípio da insignificância, dada a indisponibilidade do bem jurídico tutelado¹³⁶

Verifica-se uma certa resistência à aplicação do princípio em comento, especialmente no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e no Tribunal Regional Federal da 4º Região.

Com relação ao Tribunal Regional Federal da 4º Região, destaca-se a Oitava Turma:

PENAL. CRIME AMBIENTAL. EXTRAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS SEM AUTORIZAÇÃO LEGAL (LEI 9.605/98, ARTIGO 55). USURPAÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA DA UNIÃO FEDERAL (LEI 8.176/91, ARTIGO 2º). ARENITO.

¹³⁵BRASIL. Tribunal Regional Federal (1ª Região). **0038579-95.2013.4.01.0000/RO**. Relator: Olindo Menezes, Boa Vista, RO, 11 de junho de 2014. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/71670664/trf-1-11-06-2014-pg-66>. Acesso em: 27 set. 2019.

¹³⁶ BRASIL. Tribunal Regional Federal. **Apelação 0012447-25.2010.4.01.4100/RO**. Relator: Cândido Ribeiro, Boa Vista, RO, 24 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/65160216/trf-1-24-01-2014-pg-686> Acesso em: 27 set. 2019.

PRINCÍPIOS DA INSIGNIFICÂNCIA E DA SUBSIDIARIEDADE. INAPLICAÇÃO. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS PENAL E CÍVEL. 1. Nos crimes ambientais, de que são exemplos a extração de recursos minerais sem autorização legal (artigo 55 da Lei 9.605/98) e a usurpação de matéria-prima da União (artigo 2º da Lei 8.176/91), já decidiu essa Colenda Turma que **"o princípio da insignificância não encontra seara fértil em matéria ambiental, porquanto o bem jurídico ostenta titularidade difusa e o dano, cuja relevância não pode ser mensurada, lesiona o ecossistema, pertencente à coletividade"** (ACR 0003230-23.2009.404.7005, Rel. Des. Federal Paulo Afonso Brum Vaz, D.E. 24-09-2010). 2. **A Egrégia Seção Criminal desse Tribunal firmou entendimento de que "o bem jurídico agredido, nas infrações penais ambientais, é o ecossistema (constitucionalmente tutelado: art. 225 da CF/88), cuja relevância não pode ser mensurada, o que resulta na impossibilidade de aplicação da tese do crime de bagatela e, por consequência, dos princípios da intervenção mínima e da subsidiariedade do Direito Penal."** (EINUL na ACR 2002.72.04.002336-1, Rel. Des. Federal Paulo Afonso Brum Vaz, D.E. 07-05-2007). 3. "A assinatura do termo de ajustamento de conduta não obsta a instauração da ação penal, pois esse procedimento ocorre na esfera administrativa, que é independente da penal." (STJ, HC 82.911, 5ª Turma, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJe 15-06-2009)¹³⁷. (grifos nossos).

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, como dito anteriormente, tem se inclinado no sentido da não aplicabilidade do princípio em testilha. Nesse sentido:

APELAÇÃO. CRIMES AMBIENTAIS. DESTRUIÇÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA E CAUSAÇÃO DE INCÊNDIO. Réu que efetuou cortes de vegetação nativa, compreendendo folhosas diversas em estágio inicial e médio de regeneração, sem licenciamento ambiental. Fato devidamente comprovado pelo relatório da infração e pela prova oral colhida. Inaplicável o princípio da insignificância. A agressão ambiental atinge toda a coletividade e suas gerações futuras. Ainda, as preocupações com o meio ambiente não se cingem apenas aos resultados imediatos da conduta, mas igualmente às consequências mediatas, que possam, futuramente, vir a ocasionar influências ao ecossistema local. Destruída a floresta pelo corte, atingindo

¹³⁷ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR: 235024920064047100 RS 0023502-49.2006.404.7100**. Relator: Victor Luiz dos Santos Laus, Julgamento: 17/08/2011, oitava turma, Data de Publicação: D.E. 25 de agosto de 2011. Disponível em <https://trf4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23640208/apelacao-criminal-acr-7100-rs-0023502-4920064047100-trf4?ref=serp>. Acesso em: 04 fev. 2020.

o fogo apenas alguns galhos e troncos, não há, na ação ígnea, dano à floresta. Fato penalmente atípico. Absolvição. Apelo parcialmente provido para absolver o acusado quanto ao segundo fato¹³⁸.

Em sentido contrário, existem significativas decisões que reconhecem a insignificância em crimes ambientais, ancorando-se, essencialmente, na caracterização de infrações penais somente em situações que possam trazer risco efetivo ao meio ambiente. Se a conduta imputada for insuficiente para interferir no equilíbrio ecológico, de modo a não afetar potencialmente o bem jurídico tutelado, deve ser aplicado o princípio em questão. Nesse diapasão:

APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME CONTRA A FAUNA - PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE LESÃO AO SISTEMA ECOLÓGICO.

Aplica-se o princípio da insignificância, mesmo em crimes ambientais, se a conduta do agente não causa qualquer lesão ao bem jurídico tutelado, ou seja, ao meio ambiente, pois os peixes pescados foram devolvidos ao seu habitat com vida¹³⁹.

O Superior Tribunal Justiça, em precedentes, tem admitido a incidência do princípio em tela com relação aos crimes ambientais, desde que, analisando-se o caso concreto, mediante análise extremamente criteriosa, constate-se não ter sido o bem jurídico tutelado atingido pela conduta dos agentes. Analise-se:

HABEAS CORPUS. AÇÃO PENAL. CRIME AMBIENTAL. ART. 34 DA LEI N.9.605/98. AUSÊNCIA DE DANO AO MEIO AMBIENTE. CONDUTA DE MÍNIMA OFENSIVIDADE PARA O DIREITO PENAL. ATIPICIDADE MATERIAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICAÇÃO. TRANCAMENTO. ORDEM CONCEDIDA.1. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o princípio da insignificância tem como vetores a mínima ofensividade da conduta do agente, a nenhuma periculosidade social da ação, o reduzido grau de

¹³⁸ BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Apelação Crime N°70043193580, Quarta Câmara Criminal**. Relator: Des. Marcelo Bandeira Pereira, Julgado em 29 de junho de 2011. Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/117156527/apelacao-crime-acr-70058485095-rs/inteiro-teor-117156534?ref=serp>. Acesso em: 28 dez. 2019.

¹³⁹ BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Apelação Criminal 1.0261.10.004515-0/0010045150-14.2010.8.13.026, TJMG**. Relator(a) Des.(a) Denise Pinho da Costa Val, 6ª Câmara Criminal. Disponível em: <https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/216593074/apelacao-criminal-apr-10625110035874001-mg/inteiro-teor-216593204>. Acesso em 27 set. 2019.

reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada.2. Hipótese em que, com os acusados do crime de pesca em local interditado pelo órgão competente, não foi apreendido qualquer espécie de pescado, não havendo notícia de dano provocado ao meio-ambiente, mostrando-se desproporcional a imposição de sanção penal no caso, pois o resultado jurídico, ou seja, a lesão produzida, mostra-se absolutamente irrelevante.3. Embora a conduta dos pacientes se amolde à tipicidade formal e subjetiva, ausente no caso a tipicidade material, que consiste na relevância penal da conduta e do resultado típicos em face da significância da lesão produzida no bem jurídico tutelado pelo Estado.4. Ordem concedida para, aplicando-se o princípio da insignificância, trancar a Ação Penal n. 2009.72.00.002143-8, movida em desfavor dos pacientes perante a Vara Federal Ambiental de Florianópolis/SC¹⁴⁰.

Em outro caso, também submetido ao Superior Tribunal de Justiça, a sexta turma da Corte, por unanimidade de votos, deu provimento ao Recurso Ordinário em *Habeas Corpus* para trancamento de ação penal que versava sobre um homem de origem simples, encontrado com alguns instrumentos de pesca e dois peixes, pescando em período de defeso. Porém, sustentou o relator, em seu voto, que os meios utilizados para a pesca não demonstravam danos efetivos à reprodução dos peixes, declarando-se, portanto, a atipicidade da conduta. Veja-se:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME AMBIENTAL. PESCA VEDADA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. AUSÊNCIA DE DANO EFETIVO AO MEIO AMBIENTE. ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. 1. O denunciado é pescados de origem simples, amadorista, tendo sido apreendidos apenas três molinetes, três varas e dois bagres, o que demonstra a mínima ofensividade da conduta. Ausência de lesividade ao bem jurídico protegido pela norma incriminadora (art. 34, caput, da Lei n. 9.605/1998), verificando-se a atipicidade da conduta imputada ao paciente. 2. Recurso ordinário provido para conceder a ordem e determinar o trancamento da Ação Penal n: 5000614-16.2011.404.7200

¹⁴⁰ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **HC 143.208/SC, da 2ª Seção do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**. Relator: Jorge Mussi, Brasília DF, 28 de agosto de 2009. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6558245/habeas-corpus-hc-143208-12800588>. Acesso em: 28 set. 2019.

(Juízo Federal da Vara Ambiental da Subseção judiciária de Florianópolis/SC)¹⁴¹.

Portanto, os julgados favoráveis revelam a relativa possibilidade de mensuração do dano ambiental e identificar, quando presente, a irrelevância, destacando-se, assim, o caráter subsidiário do direito penal.

Embora o Superior Tribunal de Justiça venha decidindo pela possibilidade de aplicação do princípio da insignificância, existem julgados, ainda que minoritariamente, quanto à inaplicabilidade do referido princípio. Veja-se:

PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME AMBIENTAL. PESCA PREDATÓRIA. PEQUENA QUANTIDADE DE PESCADO DEVOLVIDO AO HABITAT NATURAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. PARTICULARIDADES DO CASO CONCRETO. RELEVÂNCIA PENAL DA CONDUTA. CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE. ESPECIAL RELEVO. ORDEM DENEGADA [...] II. A quantidade de pescado apreendido não desnatura o delito descrito no art. 34 da Lei 9.605/98, que pune a atividade durante o período em que a pesca seja proibida, exatamente a hipótese dos autos, isto é, em época de reprodução da espécie, e com utilização de petrechos não permitidos. III. Paciente que, embora não possua carteira profissional de pescador, faz da pesca a sua única fonte de renda. IV. Para a incidência do princípio da insignificância devem ser considerados aspectos objetivos referentes à infração praticada, assim a mínima ofensividade da conduta do agente, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento, bem como a inexpressividade da lesão jurídica causada, que não restou demonstrado in casu. V. A Constituição Federal de 1988, consolidando uma tendência mundial de atribuir maior atenção aos interesses difusos, conferiu especial relevo à questão ambiental, ao elevar o meio-ambiente à categoria de bem jurídico tutelado autonomamente, destinando um capítulo inteiro à sua proteção. VI. Interesse estatal na repreensão da conduta, em se tratando de delito contra o meio-ambiente, dada a sua relevância penal. VII. Ordem denegada¹⁴².

¹⁴¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Ordinário em Habeas Corpus**: RHC 33465/SC, Relator Min. Sebastião Reis Júnior. DJE 02 de junho de 2014. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25112119/recurso-ordinario-em-habeas-corpus-rhc-33465-sc-2012-0161601-4-stj/inteiro-teor-25112120?ref=serp>. Acesso em 17 dez. 2019.

¹⁴² BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **HC 192.696/SC**. Rel. Ministro Gilson Dipp, Quinta TURMA, julgado em 17 de março de 2011, DJe 04 de abril de 2011. Disponível em

Nota-se, assim, que há uma aparente contradição na própria Corte Superior, na medida em que proferiu decisões contraditórias em julgados que travavam do mesmo delito, qual seja a conduta de “pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente”.

O Supremo Tribunal Federal (STF), no que tange à aplicabilidade do princípio da insignificância nos crimes ambientais, tem reconhecido tal possibilidade, desde que aplicado de forma prudente e criteriosa, obedecendo aos seguintes elementos: mínima ofensividade da conduta do agente; ausência total de periculosidade da ação; o ínfimo grau de reprovabilidade social do comportamento; e a inexpressividade da lesão jurídica ocasionada.

Embora acredite que o posicionamento do STF quanto à aplicabilidade é coerente e, talvez, o mais acertado até o momento, o que ocorre é que, muitas vezes, não é eficaz. Isto porque, como elencado anteriormente, há necessidade de cautela na aplicação do princípio em comento, sendo esta cautela amparada por questões extremamente técnicas que, muitas vezes, fogem ao conhecimento dos membros do STF, pois se tratam de ministros com notório conhecimento jurídico, o que não engloba amplo conhecimento sobre meio ambiente e suas características.

Ao analisar a Ação Penal 439-1/SP¹⁴³, em 12 de junho de 2008, que versava sobre o delito previsto no artigo 40 da lei de crimes ambientais¹⁴⁴. O caso em questão envolvia danos à Unidade de Conservação do Parque Estadual da Serra do Mar, consolidado no desmatamento da vegetação

<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18786864/habeas-corpus-hc-192696-sc-2010-0226460-0>. Acesso em: 03 fev. 2020.

¹⁴³ BRASIL. Supremo tribunal federal. **Ação Penal: 439 SP**. Relator: Marco Aurélio, Data de Julgamento: 12/06/2008, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-030 DIVULG 12-02-2009 Public 13 de dezembro de 2009. Disponível em: https://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STF/IT/AP_439_SP-_12.06.2008.pdf?Signature=7h%2F%2FmjoEwnL%2FFErDsKk8ALI%2BrU%3D&Expires=1581537290&AWSAccessKeyId=AKIARMMD5JEAO765VPOG&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=957639ffaa6493249efab58802db7101. Acesso em: 07 de fev. de 2020.

¹⁴⁴ Art. 40. Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização: Pena -reclusão, de um a cinco anos.

capoeira em estágio inicial para a construção de uma estrada calçada. Na ocasião, o Tribunal reconheceu a insignificância do delito considerando que, conforme laudo pericial, a área afetada somava apenas 0,0652 hectares, sendo o custo da recuperação seria no valor R\$ 130,40. Convém transcrever parte do voto proferido pelo Ministro Gilmar Mendes:

A finalidade do direito penal é justamente conferir uma proteção reforçada aos valores fundamentais compartilhados culturalmente pela sociedade. Além dos valores clássicos como a vida, liberdade, integridade física, a honra e imagem, o patrimônio, etc., o Direito Penal, a partir de meados do século XX, passou a cuidar também do meio ambiente, que ascendeu paulatinamente ao posto de valor supremo das sociedades contemporâneas, passando a compor o rol de direitos fundamentais ditos de terceira geração incorporados nos textos constitucionais dos Estados Democráticos de Direito. Parece certo, por outro lado, que essa proteção pela via do Direito Penal justifica-se apenas em face de danos efetivos ou potenciais ao valor fundamental do meio ambiente; ou seja, a conduta somente pode ser tida como criminosa quando degrade ou no mínimo traga algum risco de degradação do equilíbrio ecológico das espécies e dos ecossistemas. Fora dessas hipóteses, o fato não deixa de ser relevante para o Direito. Porém, a responsabilização da conduta será objeto do Direito Administrativo ou do Direito Civil. O Direito Penal atua, especialmente no âmbito de proteção do meio ambiente, como *ultima ratio*, tendo caráter subsidiário em relação à responsabilização cível e administrativa de condutas ilegais. Esse é o sentido de um Direito Penal mínimo, que se preocupa apenas com os fatos que representam graves e reais lesões a bens e valores fundamentais da comunidade.

Em outro julgado, relacionado a um pescador de Santa Catarina, o STF concedeu, por maioria de votos, a absolvição do pescador que havia sido condenado por crime contra a fauna por pescar doze camarões durante o período de defeso, utilizando-se de rede de pesca fora das especificações do órgão competente.

A mencionada decisão foi de extrema relevância. Veja-se.

AÇÃO PENAL. Crime ambiental. Pescador flagrado com doze camarões e rede de pesca, em desacordo com a Portaria 84/02, do IBAMA. Art. 34, parágrafo único, II, da Lei nº 9.605/98. res furtiva de valor insignificante. Periculosidade não considerável do agente. Crime de bagatela. Caracterização. Aplicação do princípio da insignificância. Atipicidade reconhecida. Absolvição decretada. HC concedido para esse fim. Voto vencido. Verificada a objetiva insignificância jurídica

do ato tido por delituoso, à luz das suas circunstâncias, deve o réu, em recurso ou habeas corpus, ser absolvido por atipicidade do comportamento¹⁴⁵.

Contudo, o voto vencido do relator, ministro Ricardo Lewandowski, evidencia a existência de um posicionamento mais rigoroso quanto à aplicação do princípio da insignificância para crimes ambientais. O ministro relator em seu voto consignou que:

Embora tenha sido pequena a quantidade de camarões apreendida em poder do paciente no momento em que foi detido, é notório que a pesca em período proibido e por meio da utilização de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos, como no caso dos autos, pode levar a um prejuízo muito mais elevado ao meio ambiente, tendo em vista os graves riscos a que se expõem os ecossistemas, as espécies [...]. O crime praticado pelo paciente, conquanto não tenha resultado em prejuízo de monta, lesou o meio ambiente, colocando em risco o direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o que impede o reconhecimento da atipicidade da conduta [...] Daí porque, para o reconhecimento da insignificância da ação, não se pode levar em conta apenas a expressão econômica da lesão. É dizer: a aplicação do referido princípio somente deve ter lugar quando a interferência do Direito Penal se mostrar desnecessária e desproporcional à ação levada a efeito pelo réu. Como visto, o delito praticado pelo paciente traz consigo acentuado grau de reprovabilidade. Cumpre ressaltar, ainda, que o paciente praticou o delito nas duas formas vedadas pela norma, ou seja, efetuou a pesca em época proibida e com petrechos ou aparelhos não permitidos. É nesse contexto que se deve avaliar a reprovabilidade da conduta, pois prevalece a necessidade de resguardar a proteção do meio ambiente perante a sociedade, e não apenas na importância econômica ou na quantidade pescada.

Em decisão contrária, através de julgamento recente, o STF decidiu pela inaplicabilidade do princípio a um paciente condenado, também, por pesca ilegal, ao considerar a reiteração delitiva e as circunstâncias concretas do fato. Trata-se do HC 135404¹⁴⁶ em que o STF sustentou que a aplicação do

¹⁴⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **HC 112563**. Relator(a): Min. Ricardo Lewandowski. Relator(a) p/ Acórdão: Min. Cezar Peluso, Segunda Turma, julgado em 21 de agosto de 2012. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3172637> Acesso em: 25 set. 2019.

¹⁴⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **HC 135404**. Relator(a): Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, julgado em 07 de fevereiro de 2017. Disponível em:

princípio da insignificância exige a satisfação de certos requisitos, de forma concomitante, quais sejam: a conduta minimamente ofensiva, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a lesão jurídica inexpressiva. Ocorre que, no caso em comento, houve entendimento de que a quantidade de peixes apreendida, bem como as técnicas, métodos e petrechos utilizados e não permitidos, lesou o meio ambiente, colocando em risco o direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impedindo, portanto, o reconhecimento da atipicidade da conduta.

Portanto, evidente é que embora haja entendimento do próprio STF sobre a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância aos crimes ambientais, é preciso, sempre, analisar o caso concreto com ponderação para verificar se a aplicação do princípio em testilha é viável ou se fragilizará a tutela do bem jurídico ambiental.

A aplicação ou não do aludido princípio na seara ambiental deve estar ligada à comprovação, inequívoca, de que a conduta não gerou lesão significativa ao objeto material do crime, e, fundamentalmente, ao equilíbrio do ecossistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto anteriormente, a evolução histórica dos direitos fundamentais consolidou o meio ambiente como um típico direito fundamental de terceira dimensão.

O elemento central do meio ambiente é sua manutenção, de forma equilibrada, que provém da adaptação das coisas ao longo do tempo, tendo claro que a Constituição protege esta geração e as futuras na permanência dela neste único planeta.

Para isso, é fundamental que o bem jurídico ambiental seja compreendido como um bem coletivo, transindividual e insuscetível de ser considerado mínimo em decorrência de sua essencialidade para que a tutela penal seja suficiente para assegurar a proteção a esse bem jurídico fundamental.

Portanto, as grandes questões que pairam sobre todo o contexto aqui tratado são: há possibilidade de que um bem jurídico, que tem como titular o povo, possa ser considerado insignificante em determinadas situações? É pertinente valer-se do Direito Penal para incriminar condutas que lesam de forma insignificante determinado bem jurídico? De outra banda, a aplicação do princípio da insignificância não torna ineficaz a arma mais poderosa do Estado na punição de indivíduos que lesam a sociedade?

Surge, assim, o veemente debate acerca da (in)compatibilidade do princípio da insignificância com a natureza dos delitos ambientais, sendo certo que foram expostas as duas correntes (a favor e contra a aplicação). Há quem rechace cabalmente a aplicação do princípio da insignificância na questão ambiental, considerando a especial relevância do bem jurídico envolvido e a sua titularidade difusa. De outro lado, há quem admita a sua incidência, na linha do já mencionado direito penal mínimo.

Não existem respostas certas, exatas, para tais questionamentos. É tudo muito complexo e variável, não existe uma fórmula que possa ser

aplicada para resolver o grande problema que é a garantia da manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado em prol das presentes e futuras gerações. Contudo, basta refletir nesta última expressão pela qual a permanência da humanidade no planeta depende do bem ambiental protegido.

Contata-se que a análise, ou não, da incidência do princípio da insignificância parece ser irrelevante diante da posição ocupada pelo bem jurídico protegido. Não há como fazer oposição a essa verdade diante da pura realidade. Além disso, existem inúmeros efeitos cumulativos e sinérgicos advindos da prática de um ato aparentemente insignificante. Há casos em que o corte de uma única árvore poderá comprometer o ecossistema local/regional, enquanto em outros casos a conduta, em tese, poderia ser considerada insignificante por se tratar de uma árvore em abundância no ecossistema local/regional e que, portanto, não faria “tanta” diferença.

Outro ponto que vale destacar é o de que existem espécies, tanto animais quanto vegetais, que são encontradas apenas em determinados locais, as chamadas espécies endêmicas¹⁴⁷. Então, por menor que seja a conduta do agente infrator, é extremamente delicado dizer que esta não contém potencialidade suficiente para causar danos irreparáveis ao ecossistema.

Na atualidade, observa-se sobretudo em países em desenvolvimento como o Brasil, que dispõe de uma vasta legislação penal, inclusive no que tange à matéria ambiental, que muitas vezes, aos olhos de muitos, não atende à baliza penal da proporcionalidade entre o delito praticado e a pena cominada.

¹⁴⁷ Em biologia, especificamente na botânica e zoologia chamam-se endemismos (do grego *endemos*, ou seja, indígena) grupos taxonômicos que se desenvolveram numa região restrita. Em geral o endemismo é resultado da separação de espécies, que passam a se reproduzir em regiões diferentes, dando origem a espécies com formas diferentes de evolução. O endemismo é causado por mecanismos de isolamento, alagamentos, movimentação de placas tectônicas. Por exemplo, devido à deriva continental, as espécies de Madagascar ou da Austrália são exemplos flagrantes de endemismos.

Este trabalho é uma reflexão sobre o atual sistema jurídico de proteção ambiental, extremamente brando, sobretudo considerando que a Lei nº 9605, de 1998, induz a intervenção judicial em termos de realizar acordo considerando a lesividade da conduta. Seria possível que a despenalização de pequenas condutas adicionadas à vedação, nesses casos, da aplicação do princípio da insignificância nas vias civil e administrativas otimizasse a proteção ao meio ambiente? Tal despenalização seria juridicamente possível, tendo em vista que o direito ao meio ambiente, considerado como direito fundamental, é cláusula pétrea e, portanto, impassível de supressão? Não se estaria suprimindo direito fundamental na medida em que a própria Constituição dispõe sobre a tutela penal?

Uma forma de suprimir diversos problemas e incertezas seria a realização de um exame pormenorizado de cada caso concreto, utilizando-se das demais ciências correlatas à preservação ambiental, todas unidas com a função de esmiuçar caso a caso e, a partir daí, detalhar de fato o impacto e/ou dano ambiental que determinada ação humana causou ou está causando ao meio ambiente.

As provocações supra são uma forma de estimular as cabeças pensantes do direito ambiental, bem como de outros ramos das ciências jurídicas, para que sejam propostas alternativas e soluções que consigam resguardar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, sem que haja ofensa ao princípio da intervenção mínima, ou qualquer outro princípio, do Direito Penal.

O que não se pode deixar é que, como escusa da proteção do Direito Penal Mínimo, sejam permitidas frequentes agressões ao meio ambiente, deixando, muitas vezes, uma sensação de impunidade àqueles que zelam e temem pela sua proteção. Isto porque, paralelamente à consolidação da proteção penal ambiental, toma corpo a teoria do Direito Penal Mínimo, a qual dá a ideia de uma atuação cada vez mais subsidiária e fragmentária do Direito Penal, caracterizando a tutela penal como *extrema ratio* e, portanto, contrapondo-se à necessidade de tutela do bem ambiental.

Destarte, diante da ausência de critérios objetivos para a aferição da incidência da insignificância aos crimes ambientais, analisam-se as especificidades do caso fático, pautando-se na proporcionalidade, e não em critérios patrimoniais ou quantitativos, em razão da natureza transindividual do bem em questão. Deve-se analisar o ecossistema atingido em sua totalidade, de modo que o reconhecimento da atipicidade material da conduta seja condicionado à comprovação da ausência de lesão ao bem jurídico tutelado.

Tamanha subjetividade, bem como a falta de um posicionamento firmado sobre o debatido assunto traz imensa insegurança jurídica no que concerne à matéria penal ambiental. A própria Corte Suprema não se preocupou em definir objetivamente quando, por exemplo, a lesão jurídica provocada é inexpressiva.

Percebe-se, dessa forma, que não há uma “regulamentação” dos critérios analisados pelo Supremo Tribunal Federal, sendo a análise feita sempre à luz do caso concreto, temperada pelas convicções pessoais do intérprete da norma, o que importa dizer que a depender da visão do julgador, uma mesma conduta pode gerar decisões diferentes.

Uma crítica pertinente ao método de aferição quanto à aplicação ou não do princípio da insignificância aos crimes ambientais é de que os critérios são extremamente vagos e indeterminados, de forma que, embora se defenda que a análise deve partir de cada caso concreto, muitas vezes parece que tal análise é feita à luz das convicções pessoais do julgador. O caso concreto, nessa situação, torna-se como as leis escritas, algo que tem sentido variável, a depender de quem é responsável por lhe atribuir significado.

É de extrema importância que haja exercício harmônico das funções estatais em razão do alto grau de subjetividade na definição do que se pode conceber como sendo insignificante quando se trata do meio ambiente. Para isso, é necessário que todos os entes estatais tenham a atuação direcionada a um ponto comum, qual seja, a garantia de que as gerações atuais e futuras disponham de recursos naturais para uma vida plena e digna.

Embora não haja, como dito anteriormente, uma fórmula capaz de padronizar o assunto e resolver toda essa insegurança jurídica, o que se pode afirmar é que é salutar que se crie mecanismos racionais para que o Direito posto, embora não deva ser totalmente isolado das convicções morais dos julgadores e produtores das normas, tenha um caráter minimamente objetivo, para que se possa, de fato, falar em segurança jurídica e efetividade, princípios que são basilares de um Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

- ALEXY, R.; RECHT, V. *apud* DIAS, A. S. *What if everybody did it?* Sobre a (in)capacidade de ressonância do Direito Penal à figura da acumulação. **Revista Portuguesa de Ciências Criminais**, Coimbra, n. 3, v. 13, p. 305-306, jul./set. 2003.
- ALMEIDA, B. R. A discussão sobre a tutela penal de valores supraindividuais: ponderações a partir da teoria do bem jurídico-penal. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, n. 29, abr./maio 2009.
- BALTAZAR JÚNIOR, J. P.; SILVA, F. Q. (org.) **Crimes Ambientais**: estudos em homenagem ao Des. Vladimir Passos de Freitas. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010.
- BARACHO JÚNIOR, J. A. O. **Responsabilidade Civil por dano ao Meio Ambiente**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.
- BATISTA, N. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 12 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.
- BELLO FILHO, N. B.; COSTA NETO, N. D. C.; COSTA, F. D. C. **Crimes e infrações administrativas ambientais**: comentários à Lei 9.605/98. 2 ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.
- BENJAMIN, A. H. V. Responsabilidade Civil pelo Dano Ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n. 9, p. 5-52, 1998.
- BENJAMIN, H. Responsabilidade Civil pelo Dano Ambiental. *In*: NERY JÚNIOR, N.; NERY, R. M. A. (org.). **Direito ambiental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.
- BIANCHINI, A.; MOLINA, A. G. P.; GOMES, L. F. **Direito penal**. Introdução e princípios fundamentais. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal**. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- BITENCOURT, C. R. **Lições de direito penal – Parte Geral**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995.
- CALHAU, L. B. Lesividade e Direito Penal Ambiental: da não-aplicabilidade do princípio da insignificância na tutela penal ambiental. *In*: BENJAMIN, A. H. (org.). **Congresso Internacional de Direito Ambiental**: Direito, água e vida. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.
- CAMARGO, A. L. C. **Sistema das penas, dogmática jurídico-penal e política criminal**. São Paulo: Cultural Paulista, 2002.

CAMPOS, L. Aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a fauna. **Direito & Justiça**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 159-165, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/17326/11145>. Acesso em 15 dez. 2019.

CAPELARI JÚNIOR, O. Meio ambiente, descabimento de aplicação do princípio da insignificância. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 56, p. 383-393, set./out. 2005.

CINTRA, A. A. **Aplicabilidade do princípio da insignificância aos crimes que tutelam bens jurídicos difusos**. 2011. Tese (Faculdade de Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

COSTA NETO, N. D. C. Tipicidade penal em matéria ambiental. **Revista da Fundação Escolar Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios**, Brasília, v. 7, n. 14, p. 165-181, jul/dez. 1999.

CRUZ, B. M. Importância da Constitucionalização do Direito ao Ambiente. *In*: BONAVIDES, P.; MORAES, G.; ROSAS, R. **Estudos de Direito Constitucional em Homenagem a Cesar Asfor**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

D'AVILA, F. R. O ilícito penal nos crimes ambientais. Algumas reflexões sobre a ofensa a bens jurídicos e os crimes de perigo abstrato no âmbito do direito penal ambiental. **Revista do Ministério Público (Rio Grande do Sul)**, n. 75, v. especial, 2014.

D'ÁVILA, F. R. **Ofensividade em Direito Penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

DER HANDLUNGSERFOLG DER STRAFBAREN GEWÄSSERUNREINIGUNG (§ 324 StGB). **Gotsdamer Archiv**, n. 133, p. 389-408, 1985.

DELUIZ, N.; NOVICKI, V. **Trabalho, meio ambiente e desenvolvimento sustentável**: implicações para uma proposta de formação crítica. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/516/439>. Acesso em: 02 fev. 2020.

DIAS, A. S. *What if everybody did it?* Sobre a (in)capacidade de ressonância do Direito Penal à figura da acumulação. **Revista Portuguesa de Ciências Criminais**, Coimbra, n. 3, v. 13, jul./set. 2003.

DIAS, J. F. **Direito penal**: Parte geral. Questões fundamentais. A doutrina geral do crime. São Paulo: RT, 2007.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS *apud* MILARÉ, E. **Direito do Ambiente**: doutrina, jurisprudência e glossário. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007

DINIZ, M. H. **Curso de direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2004.

DUARTE, M. C. S.; GENTILE, L. D. Algumas observações sobre a tutela jurídica do meio ambiente a partir do estatuto ambiental constitucional e a questão da aplicação do princípio da insignificância nos crimes ambientais. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 14, n. 53, p. 165–186, jan./mar. 2009.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FIORILLO, C. A. P. **O direito de antena em face do direito ambiental no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2000.

FREITAS, V. P.; FREITAS, G. P. **Crimes contra a natureza**. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

FREITAS, V.; FREITAS, G. **Crimes contra a natureza**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

FREITAS, V. P.; FREITAS, G. P. **Os crimes contra o meio ambiente**. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

FREITAS, V. P. **A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

GOMES, L. F. **Princípio da insignificância e outras excludentes de tipicidade**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

GOMES, L. F.; MACIEL, S. **Lei de Crimes Ambientais: Comentários à lei 9.605/1988**. 2 ed. São Paulo: Editora Método, 2015.

GRANZIERA, M. L. M. **Direito ambiental**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GRECO, R. **Direito Penal do Equilíbrio: Uma visão minimalista do Direito Penal**. 9 ed. Niterói: Impetrus, 2016.

JONAS, H. **El principio de responsabilidad** – Ensayo de una ética para la civilización tecnológica. Barcelona: Herder, 2004.

IBCCRIM. A Lei nº 9.271/96 e sua aplicação prática. **Boletim IBCCrim**, n. 56, jul. 1997. Disponível em: https://www.ibccrim.org.br/boletim_sumario/76-56-Julho-1997. Acesso em 27 fev. 2020.

LECEY, E. A atividade empresarial e a co-responsabilidade penal da pessoa jurídica e do dirigente na lei dos crimes contra o ambiente. *In*: 6º CONGRESSO

- INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL. **Anais [...]**. São Paulo: Instituto “O Direito por um Planeta Verde”, 2002.
- LEITE, J. R. M. **Manual de direito ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2015.
- LEITE, J. R. M.; AYALA, P. A. **Direito ambiental na sociedade de risco**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- LEMOS, P. F. I. **Direito Ambiental: Responsabilidade Civil e proteção ao meio ambiente**. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- LOPES, M. A. R. **Princípio da insignificância no direito penal: análise à luz da Lei 9.099/95: Juizados Especiais Criminais**. São Paulo: Ed. RT, 1997.
- LOPES, M. R. **Teoria constitucional do direito penal**. São Paulo: RT, 2000.
- MACHADO, P. A. L. M. **Direito Ambiental Brasileiro**. 17 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.
- MARCÃO, R. **A incidência do princípio da insignificância**. 2009. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2009-nov-30/ Crimes-ambientais-incidencia-principio-insignificancia?pagina=2>. Acesso em: 5 dez. 2019.
- MARCHESAN, A. M. M. Alguns aspectos sobre a Lei dos Crimes Ambientais. **Revista de Direito Ambiental**, n. 19. São Paulo: RT, 2000.
- MASCARENHAS, L. M. A. **Desenvolvimento Sustentável: Estudo de Impacto Ambiental e Estudo de Impacto de Vizinhança**. Curitiba: Letra da Lei & IBAP, 2008.
- MEDINA, N. M. Os desafios da formação de formadores para a Educação Ambiental. In: PHILIPPI JÚNIOR, A.; PELICIONI, M. C. F. (ed.). **Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. São Paulo: Signus; 2000.
- MILARÉ, E. **Reação jurídica à danosidade ambiental: contribuição para o delineamento de um microsistema de responsabilidade**. 2016. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/18874/2/%C3%89dis%20Milar%C3%A9.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2020.
- MILARÉ, E. **Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência e glossário**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- MILARÉ, E. **Direito do ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais. doutrina e jurisprudência, 2004.
- MIRABETE, J. F. **Manual do direito penal**. 15 ed. São Paulo: Atlas. 1999.
- MOLITOR, U. M. A *ratio* do tipo penal ambiental e os fundamentos da Constituição da República Federativa do Brasil. **Revista IMES – Direito**, ano 8, n. 13, jul/dez. 2007.

MORATO LEITE, J. R.; DAGOSTIN, C. C.; SCHIMIDTZ, L. G. Dano Ambiental e Compensação Ecológica. *In*: BENJAMIN, A. H. (org.) **10 Anos da ECO – 92**: O Direito e o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: IMESP, 2002.

NUCCI, G. S. **Manual de Direito Penal**. 11 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015.

OLIVEIRA, A. C. C. A tutela (não) penal dos delitos por acumulação. **Revista Liberalidades**. IBCCRIM, n. 14, set./dez. 2013. Disponível em: http://www.revistaliberdades.org.br/_upload/pdf/18/artigo2.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

PALAZZO, F. **Principi costituzionali, Beni giuridici e scelte di criminalizzazione**. Firenze: Tip. Capponiu, 1990.

PEREIRA, C. M. S. **Responsabilidade civil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

PEREIRA, P. H. S.; TERZI, A. M. Filosofia e Educação Ambiental: o desafio da contextualização do paradigma biocêntrico nas salas de aula. *In*: PEREIRA, Pedro H. S.; OLIVEIRA, P. C. (org.). **Atas da XI Semana de Filosofia da UFSJ**. 11 ed. São João del-Rei: SEGRA, 2009.

PRADO, L. R. **Direito penal do ambiente**. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

PRADO, L. R. **Direito Penal do Ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

REALE JÚNIOR, M. *apud* MACIEL, S. Meio Ambiente—Lei 9.605/98. *In*: GOMES, Luiz Flávio. CUNHA, Rogério Sanches (org.). **Legislação Criminal Especial**. São Paulo: RT, 2009.

ROCHA, M. I. M. Reparação de Danos Ambientais. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 19, jul./set. 2000.

ROMÃO, D. B. *apud* SILVA, M. B. O princípio da insignificância em matéria ambiental. *In*: BALTAZAR JÚNIOR, J. P. (org.). **Estudos em homenagem ao Desembargador Vladimir Passos de Freitas**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010.

ROXIN, C. **A proteção de bens jurídicos como função do direito penal**. Tradução de André Luis Callegari e Nereu José Giacomolli. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

ROXIN, C. *apud* BATISTA, N. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 9 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SALEME, E. R.; BONAVIDES, R. S. Comentários acerca da aplicação da lei de crimes ambientais. *In: XXVII Encontro Nacional do Conpedi: Direito Ambiental e Socioambientalismo*. Disponível em: <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/0ds65m46/9lysabfk/4AgvMG9o3Y18LCRj.pdf>. Acesso em 22 fev. 2020.

SALEME, E. R.; BARRETO SABORITA, S. E. A adoção da sustentabilidade dos grupos transnacionais, e os esforços da ocde. **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 5, p. 23-38, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Raquel%20Bonavides.000/Downloads/A_ADOCAO_DA_SUSTENTABILIDADE_DOS_GRUPOS_TRANSNACIO.pdf. Acesso 27 set. 2020.

SAMPAIO, R. S. R. **Direito Ambiental Doutrina e Casos Práticos**. Rio de Janeiro: Campus Jurídico, 2011.

SÁNCHEZ, J. M. S. **A expansão do direito penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais**. Tradução de Luiz Otavio de Oliveira Rocha. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SARLET, I.; FENSTERSEIFER, T. **Direito Constitucional Ambiental: Estudos sobre a Constituição, os Direitos Fundamentais e a Proteção do Ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SILVA, I. L. M. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas: 21 anos de previsão legal: um balanço necessário. *In: FRANCO, A. S. (org.). Doutrinas essenciais de direito penal: leis penais especiais II*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. 7 ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. 6 ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

SILVA, J. A. **Direito ambiental constitucional**. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

SILVA, I. L. **Princípio da Insignificância e os Crimes Ambientais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SILVEIRA, R. M. J. **Direito penal econômico como direito penal de perigo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

SIRVINSKAS, L. P. **Manual de Direito Ambiental**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SHECAIRA, S. S. **Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica**. 2 ed. São Paulo: Editora Método, 2002.

SPAREMBERGER, R. F. L.; ROLIM, R. Educação ambiental: a educação formal e a não-formal para a cidadania com sustentabilidade. **Revista Trabalho e Ambiente**, v.3, n. 5. Caxias do Sul: Educs, 2005.

TAYRA, F. **A Relação entre o mundo do trabalho e o meio ambiente**: limites para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-72.htm>. Acesso em: 19 dez. 2019.

TIEDEMANN, K. **Poder económico y delito**. Barcelona: Ariel, 1985.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. São Paulo: Saraiva, 2015.

THOMÉ, R. **Manual de Direito Ambiental**. Bahia: Editora JusPODIVM, 2011.

VASCONCELOS, D. S.; NASCIMENTO, H. S. Princípio da Insignificância. **Direito Contemporâneo**: Revista técnico-científica do Instituto de Ciências Jurídicas da FASAM, FASAM, Goiânia, ano 1, n. 01, p. 125-134, 2012.

ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LISTA DE JURISPRUDÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.540-1-Distrito Federal**. RI. Min. Celso de Melo. Disponível em: <http://residir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp%3FdocTP%3DAC%26docID%3D87260>. Acesso em: 02 fev. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Apelação Criminal 1.0261.10.004515-0/0010045150-14.2010.8.13.026, TJMG**. Relator(a) Des.(a) Denise Pinho da Costa Val, 6ª Câmara Criminal. Disponível em: <https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/216593074/apelacao-criminal-apr-10625110035874001-mg/inteiro-teor-216593204>. Acesso em 27 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **HC 135404**. Relator(a): Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, julgado em 07 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13268738>. Acesso em: 28 set. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Ordinário em Habeas Corpus**: RHC 33465/SC, Relator Min. Sebastião Reis Júnior. DJE 02 de junho de 2014. Disponível em:

<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25112119/recurso-ordinario-em-habeas-corporis-rhc-33465-sc-2012-0161601-4-stj/inteiro-teor-25112120?ref=serp>. Acesso em 17 dez. 2019.

BRASIL. Tribunal Regional Federal. **Apelação 0012447-25.2010.4.01.4100/RO**. Relator: Cândido Ribeiro, Boa Vista, RO, 24 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/65160216/trf-1-24-01-2014-pg-686> Acesso em: 27 set. 2019.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (1ª Região). **0038579-95.2013.4.01.0000/RO**. Relator: Olindo Menezes, Boa Vista, RO, 11 de junho de 2014. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/71670664/trf-1-11-06-2014-pg-66>. Acesso em: 27 set. 2019.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais (2ª Câmara Criminal). **Recurso em Sentido Estrito 1.0342.12.009502-7/001**. Relatora: Catta Preta, Belo Horizonte, MG, 27 de fevereiro de 2014. Disponível em: http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_resultado2.jsp?listaProcessos=10342120095027001. Acesso em: 26 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **HC 112563**. Relator(a): Min. Ricardo Lewandowski. Relator(a) p/ Acórdão: Min. Cezar Peluso, Segunda Turma, julgado em 21 de agosto de 2012. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3172637> Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Apelação Crime N. 70043193580, Quarta Câmara Criminal**. Relator: Des. Marcelo Bandeira Pereira, Julgado em 29 de junho de 2011. Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/117156527/apelacao-crime-acr-70058485095-rs/inteiro-teor-117156534?ref=serp>. Acesso em: 28 dez. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **HC 192.696/SC**. Rel. Ministro Gilson Dipp, Quinta TURMA, julgado em 17 de março de 2011, DJe 04 de abril de 2011. Disponível em <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18786864/habeas-corporis-hc-192696-sc-2010-0226460-0>. Acesso em: 03 fev. 2020.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **ACR: 235024920064047100 RS 0023502-49.2006.404.7100**. Relator: Victor Luiz dos Santos Laus, Julgamento: 17/08/2011, oitava turma, Data de Publicação: D.E. 25 de agosto de 2011. Disponível em <https://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23640208/apelacao-criminal-acr-7100-rs-0023502-4920064047100-trf4?ref=serp>. Acesso em: 04 fev. 2020.

BRASIL. Supremo tribunal federal. **Ação Penal: 439 SP**. Relator: Marco Aurélio, Data de Julgamento: 12/06/2008, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-030 DIVULG 12-02-2009 Public 13 de dezembro de 2009. Disponível em: https://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STF/IT/AP_439_SP-_12.06.2008.pdf?Signature=7h%2Ffx%2FmjoEwnL%2FFErDsKk8ALI%2BrU%3

D&Expires=1581537290&AWSAccessKeyId=AKIARMMD5JEA0765VPOG&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=957639ffaa6493249efab58802db7101. Acesso em: 07 de fev. de 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **HC 143.208/SC, da 2ª Seção do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**. Relator: Jorge Mussi, Brasília DF, 28 de agosto de 2009. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6558245/habeas-corpus-hc-14320812800588>. Acesso em: 28 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 24 fev. 2020.